



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL

Linha de Pesquisa: Clínica, Subjetividade e Política

Dissertação de Mestrado

**Onà, qual é o meu caminho? Infâncias pretas e instituições, Corpas-
existências e territórios (des)conhecidos**

Jéssica Gomes Santiago

Porto Alegre

2024

Jéssica Gomes Santiago

**Onà, qual é o meu caminho? Infâncias pretas e instituições, Corpas-
existências e territórios (des)conhecidos**

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI-UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientação: Profa. Dra. Míriam Cristiane Alves

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Gomes Santiago, Jéssica
Onà, qual é o meu caminho? Infâncias pretas e
instituições, Corpas-existências e territórios
(des)conhecidos / Jéssica Gomes Santiago. -- 2024.
66 f.
Orientadora: Miriam Cristiane Alves.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Serviço
Social, Saúde e Comunicação Humana, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional,
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Adoção . 2. Racismo Institucional. 3. Família.
4. Infâncias pretas. 5. Psicologia Social. I.
Cristiane Alves, Miriam, orient. II. Título.

Jéssica Gomes Santiago

Onà, qual é o meu caminho? Infâncias pretas e instituições, Corpos-existências e territórios (des)conhecidos

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Míriam Cristiane Alves (UFRGS, orientadora)

Profa. Dra. Rosane Azevedo Neves da Silva (UFRGS)

Prof. Dr. Abrahão de Oliveira Santos (UFF)

Profa. Dra. Cecília Maria Izidoro Pinto (UFRJ)

RESUMO

Com Onà - e outras infâncias -, personagem ficcional que nos envolve em sua Corpa-memória-história, afluiremos. Ela que nos convoca até a nascente do rio e nos convida a caminhar seu curso, e ao longo da sua trajetória levanta questionamentos sobre si, sobre sua existência e sobre existências outras. Muitos de seus questionamentos não são respondidos nesta Corpa escrita, ao invés disso, dela emergem mais perguntas, e, a princípio, são elas que nos movem, e essa Corpa escrita também é a própria Corpa de Onà. Caminharemos juntas com Onà e seus questionamentos, a fim de compreendermos como as instituições Colonialismo, Estado (e as instituições que derivam desse) e Família compõem as Corpas-existências de infâncias pretas, cujas crianças foram adotadas por famílias brancas, analisando os efeitos produzidos sobre suas vidas e identificando os movimentos de deslocalização, localização e realocação dessas infâncias no mundo. Ao longo da corrente dessas águas, discutiremos o corpo negro inventado pelo Colonialismo, transformado em corpo-imagem de controle, desterritorializado, deslocalizado, um corpo que compulsoriamente tem o território existência do outro, Branco, enquanto localidade, assujeitado ao Colonialismo, que no ímpeto de impedir e dizimar existências, tentou ceifar corpo a corpo. Contudo, essas Corpas-territórios-existências, imensas, conflitam diretamente com o ocidentocentrismo. Escravização, dispersão, objetificação, desumanização, zoomorfização, demonização, aniquilação, batismo, cristianismo, a luta por dominação *daquilo* que não se sabia, outorgar alma àquelas que se supõe desalmadas. O ocidentocentrismo, berço da instituição Colonialismo, sucessora à instituição Família, mas que forçadamente estabeleceu outros rumos a seus modos de existir, foi também antecessor a outras instituições, aqui problematizadas. De que maneira as instituições que se estabeleceram com base no ocidentocentrismo e Colonialismo compõem e se atravessam nas existências das infâncias e adolescências pretas adotadas por famílias brancas? Como é possível a existência das crianças e adolescentes pretas? Como é possível existirem suas Corpas localizadas no mundo, vivendo nesses territórios-instituições? São perguntas que represam essas águas. Quais são os lugares que há desaguar, escoar, que racham essas estruturas? Enquanto caminho metodológico para refletir, problematizar e, talvez, responder alguns desses questionamentos, partimos de nosso próprio lugar de enunciação, o que contribui com nossa realocação e reterritorialização; partimos do local epistemológico no qual existimos para problematizar corpos determinados em lugares determinados, no sentido de não apenas ir na contracorrente de epistemologias cuja localização é eurocêntrica, mas, sobretudo, de evidenciar as localizações onde nossas Corpas existem, e produzir novos questionamentos que rasguem, que sangrem, que provoquem emersão. Nessa perspectiva, enquanto aposta em um caminho teórico-metodológico, lançamos mão de dois gestos-conceitos: “corpo-memória” e “Corpa-percepção”. O “corpo-memória”, de Beatriz Nascimento, nos localiza enquanto a própria identidade e memória viva como elemento sustentador da existencialidade; e a Corpa-percepção convoca-nos à expansão não apenas da compreensão da existência corporal de si e das outras pessoas, mas da imagem simbólica que nosso corpo invoca, provoca e convoca a si e a outra, assim como dos sentidos que evocam os corpos às suas histórias, conectados a elementos que se sabem, que não se sabem e que traçam caminhos a descobrirem-se, à sua própria localização. A potencialidade da pesquisa está na possibilidade de percorrermos Corpas-memórias-histórias, assim como as localizações das infâncias pretas a partir de suas próprias narrativas, tendo como base a fabulação crítica. Interessa-nos as vozes das infâncias, fazer coro às suas Corpas, descobrir o que contam suas histórias, compreendendo os atores que estão em cena, muitas vezes ocultos, com passos sutis, fala baixa e muito barulho. Descortinar e nomear fenômenos do não saber, daquilo que age por trás das cortinas e que também está sob os holofotes - o que transita nos territórios (des)conhecidos?

Palavras-chave: Adoção; Crianças Pretas; Instituição Família; Racismo; Psicologia Social.

ABSTRACT

With Onà – and other childhoods –, a fictional character who envelops us in her body-memory-history, we will converge. She summons us to the river's source and invites us to walk its course. Along her journey, she raises questions about herself, her existence, and the existence of others. Many of her questions are not answered in this written body; instead, more questions emerge from it. Initially, it is these questions that propel us, and this written body is also Onà's own body. We will walk together with Onà and her inquiries to understand how the institutions of Colonialism, the State (and its derivative institutions), and the Family shape the bodies-existences of Black childhoods, whose children were adopted by white families. We will analyze the effects produced on their lives and identify the movements of dislocation, location, and relocation of these childhoods in the world. Throughout the current of these waters, we will discuss the Black body invented by Colonialism, transformed into a body-image of control, deterritorialized, dislocated, a body that compulsorily has the existence territory of the Other, the White, as its locality, subjected to Colonialism, which, in its impetus to prevent and annihilate existences, tried to cut down body by body. However, these bodies-territories-existences, immense as they are, directly conflict with Western-centrism. Enslavement, dispersion, objectification, dehumanization, zoomorphization, demonization, annihilation, baptism, Christianity, the struggle for domination of what was unknown, bestowing souls to those presumed soulless. Western-centrism, the cradle of the Colonialism institution, successor to the Family institution but forcibly establishing other directions for its modes of existence, was also a predecessor to other institutions problematized here. In what ways do the institutions established based on Western-centrism and Colonialism shape and intersect with the existences of Black childhoods and adolescences adopted by white families? How is the existence of Black children and adolescents possible? How can their bodies exist in the world, living within these territory-institutions? These are questions that dam these waters. What are the places that allow for outflow, discharge, that crack these structures? As a methodological path to reflect on, problematize, and perhaps answer some of these questions, we start from our own place of enunciation, which contributes to our relocation and reterritorialization. We start from the epistemological location in which we exist to problematize bodies determined in specific places, not only to counter eurocentric epistemologies but, above all, to highlight the locations where our bodies exist, and to produce new questions that tear, bleed, and provoke emergence. From this perspective, as a bet on a theoretical-methodological path, we employ two gestures-concepts: "body-memory" and "body-perception." Beatriz Nascimento's "body-memory" situates us as living identity and memory, sustaining existentiality; and "body-perception" calls us to expand not only the understanding of our own bodily existence and that of others but also the symbolic image that our body evokes, provokes, and summons to itself and the Other, as well as the meanings that bodies evoke in their histories, connected to elements known, unknown, and those that trace paths to be discovered, to their own location. The potential of this research lies in the possibility of traversing bodies-memories-histories, as well as the locations of Black childhoods based on their own narratives, grounded in critical fabulation. We are interested in the voices of childhoods, echoing their bodies, discovering what their stories tell, understanding the actors in the scene, often hidden, with subtle steps, low speech, and much noise. Unveiling and naming phenomena of the unknown, of what acts behind the curtains and is also under the spotlight - what traverses (un)known territories?

Keywords: Adoption; Black Children; Family Institution; Racism; Social Psychology.

SUMÁRIO

PRÓLOGO	7
1 ONÀ E O CAMPO PROBLEMÁTICO.....	12
2 DESAFIOS METODOLÓGICOS: Traçar caminhos em quais territórios?	19
3 CORPA: território imensidão.....	24
3.1 Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo: não seja pai, nem filho, nem espírito. Amém	30
3.2 Famílias: um lugar (des)conhecido.....	33
4 INSTITUIÇÕES: territórios demarcados, corpos colonizados?	40
4.1 Erê: cadê a infância que deixei aqui?	46
5 O CAMINHO SEM FIM TEM NOME: ONÀ	57
REFERÊNCIAS.....	62

PRÓLOGO

Eu tô te explicando
Pra te confundir
Eu tô te confundindo
Pra te **esclarecer** (Tom Zé, 1976).

Todos os caminhos percorridos levaram-me a histórias jamais contadas, jamais sabidas, jamais ouvidas, fragmentadas, a não ser pelos corpos de quem as viveu, daquela que mal sabe falar. A não ser pela boca de quem já mordeu, daquela que mal sabe sugar. A não ser pelo corpo-existência, que, suponho, mal sabe que existe, como eu. Como eu que comecei a existir de outra maneira, ao ver nossas Corpas no mundo, que atravessou o mar e tentamos, *a-mar*. Queremos saber onde estão as crianças, onde estão as infâncias, onde estão as fantasias que resistem em palavras-poesia? Queremos saber por onde anda o desejo. Que além de minhas percepções, que nada são, perto do que tens a dizer e não encontras palavras, que além da minha ciência, (in)consciência, senciência, sem ciência, (re)existe. Na energia de Èşù, confundo-me, e todos os caminhos percorridos levaram-me a histórias que quero contar.

Sou Jéssica. Não sei bem qual a origem do meu nome! Mas um nome foi pensado para mim. Dandara, seria... Minhas tias contam algumas histórias relacionadas ao meu nome... minha mãe contava outras... O importante é que tenho um nome, que não é Dandara. Sei que foi minha mãe que escolheu entre as duas opções, entre Jéssica e Dandara. "Jéssica", escolheu. Meu nome é Jéssica, porém, trago Dandara entre as memórias de minha mãe, tias, e minha própria. Já fui Dandara entre as incertezas, e deixei de ser na certeza de ser Jéssica.

Assim como deixei de ser Dandara, em outro momento também deixei de ser Jéssica para ocupar a projeção da vida de algumas crianças. Foram muitos encontros no Acolhimento Institucional, alguns duros de digerir, outros em que o sorriso de alguma criança fez-me esquecer de qualquer mazela mundana.

E tenho uma coisa a dizer das crianças: elas são crianças.

"Eu tô aqui comendo para vomitar" (Tom Zé, 1976).

Não caí de paraquedas em nenhum dos lugares que estive, minha Corpa se corporificou ao encontro de cada pessoa que cruzei em caminhos. E assim começa minha história, que resumirei para não ficar muito extensa, afinal, são 32 anos irresumíveis em alguns caracteres. Narrar minha caminhada em poucas laudas é contar com as efemeridades.

Natural. Todavia, uma coisa é certa, ou quase certa, ou de repente venha ao encontro do fluxo da vida, ou seja, não está certa nem errada, está, apenas; encontro Onà antes mesmo de qualquer coisa, antes mesmo de nosso enlace. Encontrei muitas Onà, Jenday, Dayo, e outras que nem sabemos o nome. Não “sabemos” por que falo de um não saber que é meu e dessas crianças também. Estamos nesse lugar de não saber e descobertas de nós. Suponho eu, suponho elas. Suponho-as.

Explicarei por que encontrei Onà antes mesmo de qualquer coisa. Encontrei Onà porque também fui uma criança preta. E talvez ela tenha me encontrado, antes mesmo de eu a ela, antes mesmo de seu corpo existir. E esta escrita que agora é sobre mim, também será sobre ela, porque ela está em mim e eu nela. Nasci em uma cidade pequena e vim de uma família com mulheres movimentadoras. Entendo que seja importante nomear alguns processos de nossa existência, os que conseguimos, pois nem sempre é possível, ainda mais quando corremos o risco de nomear objetificando-nos, encaixando-nos ou mesmo para situar o olhar do outro para algo de uma existência que ultrapassa a ordem da nomeação e tantas outras ordens. Ao mesmo tempo, entendo que aqui seja importante, afinal, a palavra é o nosso elo. Entre mim e você, que nos lê.

Minha mãe, uma mulher que carregou muitas coisas em seus pés, que precisou traçar muitos caminhos tipicamente de mulheres pretas, apresentou-me um mundo que, naquele momento, nem fazia muito sentido para mim, confesso. Ela, junto de outras mulheres da minha família, movimentaram algumas outras Corpas, pretas, junto delas, e a minha, óbvio. O Movimento de Mulheres Negras Santanense, fundado por elas e que faz referência à minha cidade natal, Sant’Ana do Livramento, desenhou trajetórias com as mulheres pretas, as quais reverberam em mim até hoje e precipitaram minha localização no mundo, ainda que me desse conta disso após alguns anos, pois naquela época, embriagada pelo Colonialismo, denegava, como diz Lélia Gonzalez (1984), tudo o que acontecia. O racismo é uma violência tão sutil, que provoca autodestruições disfarçadas de sentimento de culpa, raiva, rivalidade, ódio, entre tantos outros, por ser quem somos. Nossa própria existência entra em colapso. Nos coloca em risco iminente de morte – de ordem simbólica e concreta. Mas veja, não foi à toa que minha primeira morada, além de meu próprio corpo, que tão frágil não se sustentaria só, foi o corpo de minha mãe, seu útero e, principalmente, seu desejo.

Por fim, pulemos para a minha graduação, que sempre conto a mesma história sobre essa minha escolha, de que não tinha dúvidas sobre cursar Psicologia – as dúvidas vieram depois –, e foi assim que, com muitos obstáculos, em oito anos estava lá, graduada. Com poucas pessoas pretas no curso e um trabalho de conclusão sobre negritude, sem sequer conhecer Aimé Césaire (2020) – ainda que ele já falasse comigo de alguma maneira – e tantas outras pessoas pretas. No decorrer dessas construções, precisei virar ruína algumas vezes. Muitas vezes.

Já já chegarei ao ponto principal desta apresentação. Meu primeiro trabalho não foi como Psicóloga, como é o desejo de, suponho, toda a pessoa recém-formada, mas foi em uma área afim, em um cargo que exigia ensino “superior” para atuar no Acolhimento Institucional. Foi lá que conheci muitas coisas que a graduação não deu conta, que é justamente o fragmento da vida que precisa ser vivida, experimentada, experienciada, sentida na pele, aquilo que está nos livros, mas não está. Da equipe técnica, eu era a única pessoa preta. Realidade diferente da população atendida, onde muitas crianças e adolescentes eram pretas e pretos, mesmo que não soubessem, mesmo que a equipe não reconhecesse a negridão de seus corpos. Eu sabia. E sabia que ser uma criança preta em um contexto como aquele, assim como em todos os outros contextos desse mundo alicerçado no Colonialismo e suas artimanhas, seria mais uma violência que ninguém daria conta, nem eu. Não naquele momento.

Quando finalmente assumi o cargo de Psicóloga em um Acolhimento Institucional da mesma rede, mudou a equipe, mas as configurações permaneceram as mesmas, a única profissional preta seguia sendo eu. Friso essa informação, e não sei o que isso pode significar para ti, para mim significava e significa muitas coisas. Mas dizendo isso pode ser que, se você for preta, suponha com mais facilidade o que estar só significa. Mesmo se houvesse outras pessoas pretas compartilhando daquele ambiente de trabalho, não podemos esquecer do alicerce o qual mencionei acima, o Colonialismo.

Neste novo lugar, acompanhei alguns processos que me convocaram intensamente. Mobilizou minha Corpa para as crianças pretas e que parecia chamar somente minha atenção, de mais ninguém – foi um lugar extremamente solitário. Constatar isso é tão doloroso quanto perceber como age o racismo e como se mantêm as racistas¹. Evidenciar a solidão provocada em mim, enquanto pessoa preta, pela percepção das ações do racismo no ambiente institucional, é talvez afirmar que somente uma pessoa preta subjetivamente alerta ao racismo institucional que nos atravessa conseguiria ter cuidado em como nos comprometemos eticamente na escrita da vida de/com algumas crianças, que fragmenta o discurso racial e responsabiliza apenas pessoas pretas a darem conta desses elementos constituintes das infâncias pretas, mas não apenas dessas infâncias. Fui percebendo que mesmo “inconsciente”, negar as infâncias pretas era uma maneira de desresponsabilização do cuidado. Não há como ficar passiva diante desse cenário, ainda que o racismo nos force até mesmo a esse lugar.

E enquanto escrevo uma coisa, meu pensamento constrói outra, ainda que ligados, talvez fique difícil de acompanhar. Estou falando, principalmente, dos processos de adoção,

¹ A maioria das palavras no corpo desta escrita estão se referindo a “pessoas”. Neste caso, pessoas racistas, por isso “as racistas”.

em que acompanhei alguns de perto e/ou de longe, que levaram minha Corpa junto e gritaram ao pé do meu ouvido que havia muito a ser pensado, problematizado, escrito e passível de intervenções, principalmente quando se tratava de crianças pretas. Que para adotar não bastaria ter amor, era preciso outros elementos. É legítimo utilizar o amor enquanto justificativa? Ele realmente está acima de tudo? É possível perceber a existência do outro, ainda que o amando ou continuar o amando pela sua existência? De que maneira?

Eram muitos questionamentos enquanto sofríamos racismo. Sim, sofríamos. Crianças, adolescentes e eu. Esta escrita pode até parecer denúncia, e é. Quando um preto ou uma preta fala, é também para denunciar, anunciar, gritar, vociferar, sussurrar, pronunciar, narrar algo que não chega à percepção de todas. Quantos corpos se sentem convidados a esquartejar línguas, decepar cabeças ou reutilizar seus chicotes ao perceber o que um preto ou uma preta tem a existir? Minha Corpa diz muito sem minha língua mexer um milímetro.

Os que têm a sensibilidade e a frieza na hora de olhar o mundo
Serão os responsáveis pelos outros olhares
Os que nada temem, serão responsáveis por corajosos e covardes
Ser
a força, o amor, o poder, a sabedoria
E a luta pela liberdade só acabe quando ela for encontrada
Para que a nossa poesia não seja mais escrita com sangue (Bk', 2020).

Contudo, esta dissertação não é sobre racismo. Esta dissertação é sobre perguntas. É sobre como são as percepções levadas às crianças pretas que são adotadas por famílias que adotam. Que olhos enxergam o que não é possível ver e como é possível ser visto? Como, efetivamente, são percebidas as Corpas pretas? Que infâncias pretas emergem desse imenso oceano, que habita o fora, e como essas infâncias têm habitado suas próprias águas?

Eu 'to te explicando
Pra te confundir
Eu 'to te confundindo
Pra te esclarecer
'To iluminado
Pra poder cegar
'To ficando cego
Pra poder guiar (Tom Zé, 1976).

Esta escrita é sobre retornos, sobre o impossível, sobre encruzilhar, sobre memória, história, infâncias pretas, localizações, territórios, terras, frutos, ventos, sobre palavra, existência. Aqui, as memórias se confundem entre realidades, ficções, fantasias e desejos. E ainda que, ao escrever, meus ombros sintam toda a tensão que é pensar com o corpo, enquanto ouço “o mundo é um moinho” (Oliveira, 1976), e penso no que é (im)possível, desejo que as realidades transcritas alimentem as fantasias de crianças-infâncias pretas cujo caminho traçado muitas vezes não comporta seu corpo-história-memória. Que Ésù, que me conduziu até aqui, nos coloque no centro dessa encruzilhada e que seja possível sentir que a direção *vista* nem sempre é a direção a ser seguida.

1 ONÀ E O CAMPO PROBLEMÁTICO

Nós estamos construindo algo
 estamos construtivos ao ousar viver e conceber a vida
 estamos edificando a passo mesmo que lento
 indemolíveis construções
 erguendo possibilidades concretas para a singularidade de nossos corpos
 retomando a importância da memória
 saboreando a graça e golpe que é não esquecer
 não tenha dúvida sobre estarmos quebrados
 mas saiba que somos feridos vistos de longe
 e quando vemos um ferido visto de longe precisamos pensar no que o mantém vivo
 quem cuida sempre está por perto (Farra, 2022, p. 1).

Chamaram-me Onà quando nasci, nunca entendi muito bem o significado do meu nome, talvez em algum momento futuro eu descubra esse significado, talvez alguém me diga. Sou a irmã mais velha de cinco irmãos. Morávamos com minha Avó Lucinda, lembro muito dela, cabelos brancos que dava pra notar porque seus crespos fugiam do lenço vermelho que sempre colocava em sua cabeça, olhos constantemente marejados, sempre achava que ela estava chorando e ela sempre respondia que os olhos dela eram daquele jeito mesmo, lacrimejavam. “Nem toda lágrima é choro”, ela dizia. Ela era um pouco corcunda, baixinha, estava sempre de vestido e meia calça, sempre foi muito cuidadosa comigo e com meus irmãos, fazia uma comidinha boa, feijão, arroz, carne, que é minha comida preferida até hoje. Não era todos os dias que a gente comia isso, porque não era sempre que tinha.

Nossa casa era de madeira e no inverno fazia muito frio, tinham algumas frestas nas paredes e algumas goteiras no teto. Nossa avó gostava de acender o fogão à lenha dela, que além de cozinhar, aquecia um pouco a casa, mesmo que ficasse com cheiro de queimado. A escola era ali perto, íamos todos os dias, meus irmãos e eu, a pé, na estradinha de chão batido, por vezes lamacenta. Com frequência íamos à escola pra podermos comer um pouco mais, que era a melhor parte para mim, porque as matérias eram muito difíceis, não conseguia aprender como os outros. Aliás, muitas outras coisas eram difíceis e eu não sabia até então.

Minha mãe morava com a gente, mas quem nos cuidava mesmo era minha avó, que era mãe da minha mãe. Não conheci nem o meu pai nem o pai dos meus irmãos. Vó Lucinda disse que meu pai já estava morto, mas acho que não é verdade, já ouvi minha mãe falando dele uma vez, um dia vou querer saber quem ele é. Já minha mãe ficava dias fora e sempre voltava estranha, agitada, com olheiras, às vezes até dizendo que havia pessoas a

perseguido. Não entendia muito bem por que ela voltava daquele jeito, e sempre que perguntava para Vó Lucinda, ela desconversava! Já vi várias vezes minha avó falando ao telefone com alguém sobre a minha mãe e sempre lacrimejava muito, dizendo saber que um dia teria notícias ruins dela.

E assim aconteceu. Um dia minha mãe saiu e não voltou mais, diferente do que minha avó dizia sobre ter más notícias, notícia era o que menos tinha. Nesse tempo, minha avó já estava cada vez mais cansada e mesmo sem forças, ainda saía para trabalhar todos os dias em uma casa de família, dessas que todo mundo quer ter, a casa e a família parecia até de novela. Vó Lucinda ainda dizia que se quiséssemos ser como aquela gente para a qual ela trabalhava, precisaríamos estudar muito e que, mesmo assim, talvez, não conseguíssemos ser como eles.

O cansaço de nossa avó era doença. E ela adoeceu em casa e em casa ficou. Nossos vizinhos estavam nos ajudando, cuidando da gente, porque minha avó já não conseguia mais, e a família para a qual ela trabalhava deixou minha vó sem ajuda nenhuma, mesmo eles dizendo que ela era como se fosse da família. Nossa avó piorava a cada dia. A gente começou a faltar à escola por isso. Tudo o que era difícil ficou ainda pior. A diretora da escola nos visitava sempre que podia, principalmente quando a gente faltava aula, às vezes ela nos levava roupas, alimentos, sempre tentando nos ajudar. Eu ia crescendo e vivendo, às vezes sem sentir.

Nunca tinha ouvido a palavra negligência, até o dia em que o Conselho Tutelar tirou eu e meus irmãos de casa por isso. Minha avó não tinha mais condições de nos cuidar, eles disseram... minha mãe não mais voltou, e meu pai continuei sem saber. Minha avó não fez qualquer objeção de nossa ida para um abrigo, e talvez tenha sido a coisa que mais lembro quando nos pegaram da casa dela. Até hoje não sei se aquele marejar em seu olhar à medida que nos distanciávamos era choro ou a normalidade de seus olhos, que viviam daquele jeito. Acho que sempre foi choro no fim das contas.

Eu sentia tantas coisas, e não estava entendendo mais nada, se é que um dia entendi algo. Os sentimentos de desamparo e de abandono se somaram à angústia de minha existência. Cresci na ausência que até então, para mim, sequer existia, Vó Lucinda era a pessoa que fazia com que muitas coisas fizessem sentido.

Primeiro meu pai, depois minha mãe e agora minha avó. Me senti um pouco culpada porque também achei que tudo o que estava acontecendo era porque eu não era suficiente, porque não ajudei minha avó o bastante, porque faltei algumas aulas, porque não ajudei a cuidar dos meus irmãos. Não sei o que aconteceu. São muitas dúvidas e poucas respostas. Tem coisas que os adultos não explicam para nós. Será que não explicam porque pensam que não entenderemos? Não explicam porque não sabem explicar? Ou não explicam porque não sabem?

Eu e meus quatro irmãos, ali, em territórios desconhecidos e com nossos territórios invadidos. Com muitas pessoas, mas me sentindo sozinha. Com o tempo a gente se acostuma com o que o tempo tem a nos apresentar. A casa do abrigo era bem diferente da minha. Tinha uma grande televisão na sala, cama para cada um de nós, comida diferente todos os dias e tinham outras crianças também e umas adultas que nos cuidavam durante o dia e durante a noite.

Eu sempre fui muito quieta, não falava muito com as pessoas, nem mesmo com as que eu conhecia, e quando fui para o abrigo, a psicóloga de lá sempre dizia que era bom falar sobre o que estava sentindo. Bom pra quem? Eu dizia, ao mesmo tempo em que eu ficava pensando, como falaria sobre algo que eu nem sei para alguém que eu nem conheço? Mas depois a gente foi se conhecendo e eu conseguia falar algumas coisas, não tudo. Não sei o que ela faria com o que eu dissesse, então não era tudo o que eu falava, mas eu gostava mesmo era de desenhar, e já que a psicóloga do abrigo sentava comigo pra desenhar também, às vezes eu nem precisava falar nada. Lá no abrigo todas as crianças tinham uma história muito parecida com a minha, mas ninguém falava sobre isso. Tem gente que acha que criança não tem o que dizer, o que pensar, o que entender, parece até que ninguém foi criança um dia.

E ali eu fui crescendo. Eu e meus irmãos. Sempre nos diziam que não podia separar irmãos e eles eram a minha família ali, as únicas pessoas que tínhamos na vida, éramos nós. Tinham as tias do abrigo também, mas não era a mesma coisa que família. Chegou o dia em que me perguntaram se eu queria ser adotada, e eu nem sabia o que isso significava, até me explicarem que eu iria morar com outras pessoas, que seria minha nova família. Aí comecei a me perguntar se ainda tinha família, aquela da qual eu vim. Assim como Vó Lucinda desapareceu dessas linhas, ela desapareceu da minha vida. E mais perguntas preenchiam um espaço, que deixava de ser espaço, mas ao mesmo tempo se tornava maior, sabe?

Será isso o significado de abandono?

Já fazia um ano que estávamos naquele lugar. Ali tínhamos tudo o que precisávamos, mas não tudo o que eu queria. Antes mesmo de eu pensar sobre minha adoção e dos meus irmãos, eles foram embora, e foi assim que descobri da pior maneira outros significados de adoção. Por um ano ouvi muitas pessoas dizerem que não separavam irmãos, por um ano confiei em pessoas que me pediram confiança. Será assim o mundo dos adultos? Tirar pessoas de pessoas?

Foi assim que descobri o que era ausência.

Tempos difíceis. Ali me (des)encontrava sozinha, em busca de um olhar que me abraçasse e afirmasse que ficaria tudo bem, que era apenas um sonho, que assim que eu acordasse tudo se manteria como estava há um ano. Mas será que o problema era eu? Me perguntava isso o tempo inteiro e na maioria das vezes a resposta era sim, mesmo que

dissessem que não. Como aquelas pessoas que mal me conheciam poderiam afirmar algo sobre mim?

Primeiro meu pai, depois minha mãe, depois Vó Lucinda e depois meus irmãos. Precisei olhar para o que havia sobrado de mim e do resto. Tinha casa, cuidadoras e irmãos “emprestados”. Algo ainda permanecia. No abrigo, a gente vive ouvindo essa palavra, “vínculo”. Me vinculei com as tias que me cuidavam, elas estavam sempre lá, ainda que cansadas e dizendo que não aguentavam mais permanecerem ali. O que ela deixa pra gente então?! Às vezes, sentia medo de quando elas saíam de folga, achava que elas não voltariam mais, mas sempre voltavam. Às vezes, meu comportamento com elas era ruim, parecia até que eu não gostava delas, mas eu gostava. Às vezes, me dava vontade de quebrar tudo, e eu quebrava. Às vezes, me dava vontade de me machucar, e eu me machucava. Eu não sabia de onde tinha essa vontade, mas eu tinha, e assim começaram a me dar um monte de remédios que eu nem sabia direito para o que era, uns eu até sabia, pois sentia, sentia sono, muito sono, e quando dormia, não sonhava. Será que é sempre assim?

No abrigo eu tinha amigos, amigas, tias e tios, escola, comida, abraço, festa de aniversário, hora de brincar, não tinha goteiras, cheiro de queimado, também não tinha minha avó ou mesmo meus irmãos. Não tinha muitas coisas que eu gostava, outras que amava, mas tinham outras que fui aprendendo a gostar. À medida que entendia o que estava acontecendo e o que havia acontecido, ia me acostumando com tudo. Só não me acostumei com a saudade de meus irmãos e por isso conversávamos toda a semana, uma vez por semana pelo menos, e às vezes eu ia dormir na casa deles. Até perguntei para o pai de meus irmãos por que não me adotaram junto e a resposta era sempre a mesma. Silêncio.

Chegou o dia que minha hora chegou, em que seria adotada, finalmente. Eu sou pretinha, mas família não é só a que a gente vem, mas a que a gente escolhe também. Eu os escolhi para serem meus pai e mãe, mesmo que eles fossem diferentes de mim. Eles eram brancos, bem jovens, ele era advogado e ela era professora de história, tinham carro, uma casa enorme e três gatos. Não tinham filhos, e vou confessar que nem queria ter outros irmãos, afinal de contas, eu já tinha os meus, para que mais?

Antes de nos conhecermos conversei com um monte de gente. Elas queriam saber se era isso mesmo que eu queria, se eu estava preparada para ser adotada. Depois de tantos anos no abrigo, vendo outras crianças chegarem e irem embora o tempo todo, óbvio que eu estaria pronta. Depois de aprender o que é negligência, ausência, saudade, desamparo, destituição do poder familiar, óbvio que eu estaria pronta. Que criança não estaria?

Havia chegado o momento de nos conhecermos pessoalmente. Eu sempre muito tímida e os remédios que eu tomava me deixavam estranha, às vezes, mas como sempre me diziam que eu tinha que tomar pra me sentir melhor, tudo bem! Eles foram na minha casa, no abrigo, eu apresentei meu cantinho, meus amigos e as tias que me cuidavam, apresentei um

pouco do meu mundo. A cara deles parecia de espanto, acho que eles nunca tinham ido em um abrigo. Depois, fui para a casa deles passar o final de semana, ganhei roupas, calçados e até um celular, nem acreditei, nunca tive um celular. Voltei para o abrigo sem querer voltar, mas as técnicas de lá conversavam sempre comigo e me explicavam que às vezes demorava mesmo, porque tinham que saber como seria eu lá na casa deles, como eles me receberiam, se eu ia gostar. Óbvio que eu ia gostar, quem não gostaria, numa casa daquelas e um monte de presentes? Ter o que eu nunca tive.

Passou mais alguns dias sem eu ter contato com eles, achei que eles haviam desistido de mim. Até passou pela minha cabeça, primeiro meu pai, depois minha mãe, Vó Lucinda, meus irmãos e agora meu pai e minha mãe. Mas era só coisa da minha cabeça mesmo, me assustei; eles voltaram e nos vimos pessoalmente de novo, e para minha surpresa eu já fui embora do abrigo. Eu gostava de lá, até me senti um pouco culpada de estar indo embora, eu gostava muito das tias que me cuidavam, mesmo a gente brigando, às vezes.

Quando cheguei na casa do meu pai e da minha mãe, tinha mais presentes! Eu ganhei um quarto só para mim, com televisão, som, tablet, eram muitos presentes. Ganhei uma babá também, porque meus pais pouco estavam em casa, só no final de semana. Eu não queria trocar de escola, mas fui para outra melhor, particular. O que será que isso significa? Que eles olham para nossas particularidades? Que compreendem nossas singularidades diferente da escola pública? Lá, as crianças da escola que fui eram bem diferentes de mim, eram iguais ao meu pai e a minha mãe, as professoras e professores também, todas com cabelo amarelo, liso, e a pele bem clarinha, diferente de mim, e isso para mim não era um problema, mas para eles, sim. Então, o que era problema para eles e para elas, tornou-se um problema para mim. Uma vez até me perguntaram se eu era a filha da empregada do meu pai e da minha mãe.

Na minha casa, com meu pai e com minha mãe, algo nos unia, e eu entendia que era nosso desejo de família, mas algo nos separava, entendi que era nosso desejo de família. Desejávamos uma família, mas não a mesma. A voz de minha vó Lucinda sempre vinha em minha cabeça, em que ela me dizia que eu deveria estudar muito, mas que mesmo assim seria difícil. Deram-me uma família daquelas de novela, tipo as que minha avó trabalhava. Eu era aquela família. Estava me tornando aquela família, mas não me sentindo como tal.

Minha mãe e meu pai queriam que eu fosse como eles, que eu gostasse de comer outras coisas, que aprendesse muito rápido na escola, que eu me vestisse como eles, falasse e agisse como eles, escrevesse tão bem quanto eles, e que eu esquecesse do meu passado. Já viu isso acontecer? Só vi isso em filme ou em pessoas com problema de memória. Mas realmente, algumas coisas gostaria de esquecer, mas não tudo, e mesmo querendo, não consigo.

Nossos problemas iam aumentando junto com meu sentimento de culpa. Tudo acontecendo novamente por algo que não fiz certo. Não sei ser filha. As exigências sobre

minha existência só aumentavam e menos conseguia me encaixar. O que ouvia era o quanto era ingrata, o quanto pessoas boas dispostas a me ajudarem me estenderam a mão e o quanto eu não consegui segurar. O quanto era insuficiente. O quanto não conseguiria contracenar naquele elenco, naquele papel, naquela novela, não era para mim. Então, qual era o meu lugar? Qual é o lugar que uma criança preta acolhida consegue ocupar? Qual é o lugar que uma criança preta acolhida deve ocupar?

Já não sabia o que era possível, nossos corpos não coexistiam, aniquilavam-se a cada olhar de exigência e negação de si, e a imagem que me vinha à mente eram os olhos marejados de Vó Lucinda, ali, nossos “olhos d’água” (Evaristo, 2016) marejavam todas as noites. Fiquei cerca de dois meses na casa de meu pai e de minha mãe, entre surtos meus e insatisfações de todos. Não era a criança que eles sonhavam. Tem como sermos quem não somos? Tem como sermos o sonho das outras pessoas?

Eu não esqueci de onde vim e sabia para onde poderia retornar. Sem objeções de meu pai e de minha mãe, voltei para o abrigo. Adoção frustrada eles chamaram. Não sei ser filha, não souberam ser pai e mãe. Será que dentre tantas outras coisas também descobri o que é racismo? Ele, que ficou oculto durante toda minha história, mas operando desde o momento que nasci e antes. E rapidamente o racismo se transforma em muitas outras coisas, em benevolência, em pena, até mesmo em desejo, em amor, em filantropia, em poder, em dominação.

Tive mais uma chance e desperdicei, eles disseram. Um retorno para mim, uma devolução para o sistema. Foi assim que descobri o que era adoção. Será isso?

Chamaram-me Onà quando nasci, e quais são os meus caminhos?

Caminharemos² juntas com Onà e seus questionamentos, a fim de compreendermos como as instituições Estado e Família compõem as Corpos-existências de infâncias pretas, cujas crianças foram adotadas por famílias brancas, analisando os possíveis efeitos produzidos sobre suas existências e identificando os movimentos de deslocalização, localização e realocação dessas infâncias no mundo. Interessa-nos as vozes das infâncias, fazer coro às suas Corpos, descobrir o que contam suas histórias, compreendendo os atores que estão em cena, muitas vezes ocultos, com passos sutis, fala baixa e muito barulho. Descortinar e nomear fenômenos do não saber, daquilo que age por trás das cortinas e que também está sob os holofotes – o que transita nos territórios (des)conhecidos?

² No plural. É um convite para que caminhemos juntas, Onà, tu e eu.

Para tanto, percorremos as Corpas-memórias-histórias assim como as localizações das infâncias pretas a partir de narrativas ficcionais emergidas de memórias criadas de experiências vividas no encontro, no enlace, no caminho entre acolhimento institucional, crianças pretas e eu.

2 DESAFIOS METODOLÓGICOS: Traçar caminhos em quais territórios?

Veja só, veja só, veja só, veja só
 Mas como o pensar infantil fascina
 De dar inveja, ele é puro, que nem Obatalá
 A gente chora ao nascer, quer se afastar de Alla
 Mesmo que a íris traga a luz mais cristalina
 Entre amoras e a pequenina eu digo:
 As pretinhas são o melhor que há
 Doces, as minhas favoritas brilham no pomar
 E eu noto logo se alegrar os olhos da menina
 Luther King vendo cairia em pranto
 Zumbi diria que nada foi em vão
 E até Malcolm X contaria a alguém
 Que a doçura das frutinhas sabor acalanto
 Fez a criança sozinha alcançar a conclusão
 Papai que bom, porque eu sou pretinha também (Emicida, 2015).

Esta dissertação não só vem de meu ventre, como do ventre de minha mãe, de minhas avós, assim como daquelas que não conheci, daquelas cujos ventres se encontraram aqui, e que se desencontraram daqui também, afinal de contas, foi por tudo isso que nasceu a possibilidade de nossa Corpa se manifestar de maneira diferente daquela que a ciência ocidentocêntrica insistiu e insiste em nos encaixar, invalidando inclusive ciências outras. Como problematiza Beatriz Nascimento (2021), a ciência “Mater Mundi” não abre possibilidades de outros caminhos que não estejam ao seu encontro. Em se tratando de pessoas pretas, essa ciência as produziu a partir de uma localidade ocidentocêntrica. Mas que ciência é possível a partir de outros centros que não o do ocidente? Que não o europeu? Que não o estadunidense? A partir de outros sujeitos que não a pessoa branca? Ao problematizar essa ciência, Beatriz Nascimento (2021) evidencia em seu texto, escrito entre 1974 e 1979, que outras ciências eram possíveis.

Parto de nosso próprio lugar de enunciação, o que contribui com nossa relocalização e reterritorialização. Parto do local epistemológico no qual existimos para problematizar corpos determinados em lugares determinados, no sentido de não apenas ir na contracorrente de epistemologias cuja localização é ocidentocêntrica, mas, sobretudo, de evidenciar as localizações onde nossas Corpas existem e produzir novos questionamentos que rasquem, que sangrem, que provoquem emersão. Façamos coro às Corpas que não são vozes limitadas

às cordas vocais, pois são Corpas que falam desde suas inteirezas. Corpas que falam, não ao reconhecimento do olhar do outro, branco, mas que primeiramente se ouvem, se percebem, se reconhecem e (co)existem. Corpas cujas memórias são a história viva e o que faz vi-ver³, re(ori)entar e firmar passos em diferentes encruzadas que se afirmam em metodologias que traçam nossos próprios caminhos.

No Acolhimento Institucional, onde permaneci por três anos, havia caminhos dados, aqueles já feitos, já trilhados, que sequer mobilizavam meus pés a dar alguns passos, ao contrário disso, os travavam. Ainda assim, precisei caminhar, embriagada e cercada pelas artimanhas do Colonialismo, do Estado e pelo pacto da branquitude, como nos apresenta Cida Bento (2022), que circulava e se manifestava em cada relação de cuidado – ou não – com cada pessoa que ali estava.

Compreendi que, às vezes, os incômodos vêm sorrateiros, sutis, nem sempre se sabe de onde, mas se estabelecem e se firmam de modos peculiares. Fui descobrindo que compor a equipe de um Acolhimento Institucional era também descobrir o que meu corpo representava naquele lugar, e mais do que isso, descobrir o que representava – a partir de percepções das percepções alheias, ainda que raramente verbalizadas – os corpos das crianças pretas em suas diversas localidades e a partir de suas próprias percepções sobre si.

Em alguns momentos, talvez, nos espelhamos, aquelas crianças pretas e eu, o que me provocava na estimulação de algumas memórias, e acessar sentimentos que sequer sabia que existiam. É impossível esquecer o olhar de uma criança, que ora transita em reluzentes sorrisos e alegrias, ora em nebulosas tristezas e genuínos questionamentos. Absolutamente tudo se sente, nada passa batido, inclusive o que não é dito. O perceptível a mim, permanecia no campo do indizível, onde um dos papéis institucionais era justamente silenciar. Meu corpo falava, onde não havia outro lugar de expressão, de transformação, tantas coisas se transformaram em angústia, em sintoma, em silêncio, que sequer encontrava outros lugares para nomear o que vivenciava. Não imaginava que, assim como nas infâncias, a transformação de memórias seria minha maior aliada no caminho para nomeação do que vivi, do que não vivi, do que me foi/é alheio, das imagens refletidas no espelho.

Cada gesto, palavras, imagens, experiências, sonhos, silêncios que fizeram registro em meu caminho, que foram gravados em minha memória, transformaram-se e aqui estão, não esgotados. A escrevivência, em Conceição Evaristo (2020), fez parte de minha trajetória no Acolhimento Institucional, mesmo que, na época, não me era familiar, já a praticava. As palavras soltas em psicoterapia, os atendimentos com as crianças acolhidas, a leitura de suas

³ Vi-ver a difusão das dimensões tempo e corpa, compreendendo as composições do tempo, o tempo agora é o próprio tempo ontem e amanhã, o tempo espiralar (Martins, 2021), que será o agora e o ontem. Nessa fusão, portanto, a corpa projeta sua própria memória-história que existe e transita em dimensões a-temporais, comunicando caminhos, encruzadas, palavras, corpos.

vidas resumidas em um relatório encaminhado, que expressava superficialmente sua imagem e que nada dizia do que me importava saber.

A memória é minha maior ferramenta, porque com ela é possível não me haver por completo com a realidade. A fantasia tem um papel fundamental na manutenção da vida. É difícil falar apenas de sofrimento sem ter o poder de cessá-lo. O mais difícil ainda é que somos testemunhas da produção de mais sofrimento diante das provocações institucionais, principalmente aquelas relacionadas aos corpos pretos, que provocam sensação de impotência. Em algum momento me pareceu que a maioria dos atores ali estavam apenas a serviço da manutenção da perversidade institucional, em detrimento da proteção das infâncias.

Todos esses elementos escrividos se transformaram nesta dissertação. Aqui é ofertado tudo o que simbolizei nesse percurso de fabulação crítica (Cruz & Hartman, 2023), te ofereço o que pude reinventar com os instrumentos que tenho. Quando entendi que aquele lugar que produzia tantas angústias não seria o mesmo que as acolheria, compreendi que necessitava encontrar outro lugar que pudesse dizer, falar, contar, narrar, enunciar, denunciar, chorar, cantar, simbolizar, respirar, despressurizar. Pensar em como contar o que vi, o que não vi, mas senti, o que vivi, o que vi viverem, de uma maneira que produzisse mais incômodos, assim como o meu, mas não da mesma ordem, de uma maneira que fizesse questionar algo.

A memória da fala do Caboclo⁴ na sessão de Umbanda⁵ me dizendo que brasa vira cinza quando afastada do restante do fogo, me alertou que ali eu viraria cinza caso não encontrasse meu lugar, o que precisava era de fogo que queimasse tudo o que queimava a existência da negritude (Cesaire, 2020). Vim parar aqui, apostando no vi-ver.

Aposto em um caminho teórico-metodológico desde gestos-conceitos do corpo-memória, da Corpa-percepção e da Corpa. O corpo-memória de Beatriz Nascimento e Raquel Gerber (1989) nos localiza enquanto a própria identidade e memória viva como elemento sustentador da existencialidade. Nas palavras da autora, “a memória são conteúdos de um continente, da sua vida, da sua história, do seu passado. Como se o corpo fosse o documento” (Nascimento & Gerber, 1989).

Assim, a Corpa-memória, de Beatriz Nascimento, desloca-nos a vivenciar o corpo considerando o que permanece vivo em nós e o que mantemos vivo a partir de nossa própria existência preta; falamos sobre o que opera em nossa Corpa que diz dessa memória viva, possibilitando vivências mais próximas de nossa própria localidade. Um corpo não é um corpo só, por isso Corpa. Por isso, memória evocada no próprio corpo.

⁴ Entidade comumente cultuada na Umbanda, cuja origem é indígena.

⁵ Religião afro-brasileira.

Neste sentido, de modo complementar, a ideia de Corpa-percepção nos convoca à expansão não apenas da compreensão da existência corporal de si e das outras pessoas, mas da imagem simbólica que nosso corpo invoca, provoca e convoca a si e à outra; assim como dos sentidos que evocam os corpos às suas histórias, conectados a elementos que se sabem, que não se sabem e que traçam caminhos a se descobrir, à sua própria localização. Caminho na contracorrente da lógica ocidentocêntrica, que utiliza o corpo como instrumento de inferiorização e de categorização de existências para a instituição da diferença e que privilegia o sentido da visão, desconsiderando cosmopercepções, como refere Oyèrónkẹ Oyèwùmí (2020). Percorro outro caminho para, juntas, sentirmos nossas Corpas no mundo. Parto do princípio de que o princípio é a própria Corpa, e outra Corpa, e outras Corpas e, portanto, infinidades de histórias, memórias, existências, continuidades pretas. A Corpa é tempo, inapropriada ao tempo cronológico e convocativa a percepções outras de si no mundo, do mundo em si.

Sendo assim, os gestos-conceitos supracitados não estão descolados do conceito de Corpa, mas são suas manifestações, posto que Corpa é também lugar imensurável, incapturável, vívido, morada de existência cujo colonialismo é incapaz de invadir. A Corpa, portanto, torna-se elemento principal para fazer a roda girar nesta dissertação. Não há espaço para fragmentações em que mente e corpo se tornam dois locais distintos, reproduzindo movimentos colonialistas aprisionadores. Interessa-me a dimensão do ser, a qual nos convida a experimentar outras localidades a partir de nosso corpo, a partir da Corpa-localidade das infâncias pretas.

Para tanto, enquanto Corpa é partida-chegada, trajeto e chegada-partida, o corpo desta escrita transcende ela própria, pois transcreve corpos que existem além da palavra, mas que também (r)existem nela. Compreendo que corpos-histórias são um convite para viajar num tempo alheio, que por vezes se torna nosso; que toca em nossa capacidade inventiva, propulsora ao nosso eu-criança; que pede que relembremos algo que não necessariamente tenhamos vivido; que não nos deixa esquecer.

Uma criança nunca conta uma história sozinha, em sua narrativa ela elabora psicologicamente o que não nomeia literalmente, para então nomear criativamente em seu brincar. Ela joga com o que a adultidade não tem, inventa palavras, gestos, realidades, para então respirar no mundo cujo ar é rarefeito e em efeito, poliniza, cria vida, produz respiro. Quem sopra história no espírito infantil? Ou o espírito inventa até mesmo seu corpo-matéria, para então soprar em nossos corpos, adultos, suas próprias histórias, contos, fábulas, ficções, poesias? Falam de si, de suas percepções, do que vivem, e tão logo se transformam na boneca, no carro, no avião, no navio, tão logo são a casa, a bicicleta, a borboleta.

Sutilmente a criança – e não apenas – anuncia de si, de suas memórias, de seu território, novos imaginários em histórias inventadas. Eliane Alves Cruz e Saidiya Hartman

(2023) falam sobre a onipresença da história, que é, então, a possibilidade da continuidade da vida, e aqui, abordando o Colonialismo e algumas de suas interfaces que forjam a descontinuidade da vida, a Corpa se materializa enquanto paradoxo. Nesse sentido, considerando as fissuras, o conteúdo não dito, a partícula da memória coletiva manifestada singularmente, a lembrança disfarçada de novidade, a novidade da lembrança das histórias vividas não necessariamente em seu próprio corpo, sigo com Saidiya Hartman (2022), que me conduz nesta Corpa-escrita, fazendo da(s) história(s), lugar, ocupando espaços deixados pelo silêncio (Cruz & Hartman, 2023).

Assim, a fabulação crítica, conceito criado pela autora, que faz maré nestas águas enquanto “gesto metodológico”, com Ademiel Sant’Anna Júnior (2021), me conduz a acessar as infâncias em histórias que se tornaram memórias, em diferentes perspectivas a partir de determinadas localidades. Para dar vida ao caminho, nesta produção, utilizo de instrumentos existentes em nosso corpo preto, e acesso as manifestações, os movimentos das Corpas, nossas memórias, imagens, sensações, desconfortos, inquietações. Transcrevo em pequenos fragmentos memórias alheias inscritas em minhas memórias, em meu corpo, cujas sensações reverberam atemporalmente. Experiências vividas, não ditas, passadas, e aqui fabuladas, criticamente. A partir da manifestação da incorporação, corpo a corpo, Corpa a Corpa se afinizam, dando passagem para problematizar o negado emergente.

Na fabulação crítica, a base das histórias narradas partem de arquivos, materiais históricos, imagens onde não há abundância nas informações registradas, retratando personagens reais, pessoas pretas, historicizando subalternidades, escravidão, colonialidades (Hartman, 2022). Reconstroem-se histórias vividas, exercita-se o agora do tempo relatado e a continuidade, no agora do tempo lido. Portanto, em ficção, relacionando-me com o campo da inventividade, retorno ao lugar da memória, em que, ao mesmo tempo que seu material é singular, também é coletivo, e se o corpo é documento (Nascimento & Gerber, 1989), “tudo é documento, tudo fala sobre nós” (Cruz & Hartman, 2023). Acessar as memórias do corpo coletivo-singular se torna um movimento vital para fazer permanecer em vida as histórias que não morrem com a palavra. Hartman, se eu estiver equivocada em minhas divagações, sinalize-me, mas fui entendendo que a fabulação crítica é também o registro das histórias nas entrelinhas, aquilo que não é registrado em papéis arquivados, mas que habita o sensível, os “sítios de memórias sensíveis” (Cruz & Hartman, 2023).

As fábulas aqui historicizadas não serão encontradas em nenhum arquivo de qualquer Acolhimento Institucional ou de qualquer álbum de família. Aqui, as fábulas retratadas partem do meu próprio “sítio de memória sensível” e, por que não, acessando, também, a memória coletiva que parte de um corpo que também é coletivo, político, incerto, insurgente, (in)habitável.

3 CORPA: território imensidão

O que será que me dá?
Que me bole por dentro, será que me dá
Que brota à flor da pele, será que me dá
E que me sobe às faces e me faz corar
E que me salta aos olhos a me atraíçoar
E que me aperta o peito, me faz confessar
O que não tem mais jeito de dissimular
E que nem é direito ninguém recusar
E que me faz mendigo, me faz suplicar
O que não tem medida, nem nunca terá
O que não tem remédio, nem nunca terá
O que não tem receita
O que será que será?
Que dá dentro da gente que não devia
Que desacata a gente, que é revelia
Que é feito uma aguardente que não sacia
Que é feito estar doente d'uma folia
Que nem dez mandamentos vão conciliar
Nem todos os unguentos vão aliviar
Nem todos os quebrantos toda alquimia
E nem todos os santos, será, que será?
O que não tem descanso, nem nunca terá
O que não tem cansaço, nem nunca terá
O que não tem limite
O que será que me dá?
Que me queima por dentro, será que me dá
Que me perturba o sono, será que me dá
Que todos os tremores me vêm agitar
Que todos os ardores me vêm atiçar
Que todos os suores me vêm encharcar
Que todos os meus nervos estão a rogar
Que todos os meus órgãos estão a clamar
E uma aflição medonha me faz implorar
O que não tem vergonha, nem nunca terá

O que não tem governo, nem nunca terá
 O que não tem juízo (Hollanda & Nascimento, 1976).

Sabe aquela sensação de quando estamos sentindo tantas coisas ao mesmo tempo e as palavras não dão conta? Vontade de rasgar meu corpo, jogar as tripas para fora! Jogar para fora! Esvaziar-me. Porque o que me define, tenta me definir por inteira, e ora essa definição até ameaça me fazer sentido, e a dúvida toma conta do meu corpo todinho, e a retórica é se já não sei se o que sou pela definição do outro... não sei o que me é definidor, ou se posso me autorizar a existir sem definições? Será que sobrevivi para contornar violências? Pois o racismo, para ser determinado como tal, precisa de subjetividades para simbolizá-lo, materializá-lo, corporificá-lo, sustentá-lo. E será mesmo que existe um “Negro⁶” (Mbembe, 2018; Nascimento, 2021)? Ou o Negro que se fala ainda é aquele que foi inventado, determinado, norteado pelo olhar do Outro⁷, definidor de sua existência? E se o Negro foi inventado, o que foi inventado sobre pessoas brancas? O que inventaram de si? O que mais inventaram de mim? Mais um território demarcado: nossos corpos.

In-corpore Onà. Um corpo que ocupa um lugar, que não necessariamente apenas o seu. Onà existe em um corpo-imagem, desenhada por simbolismos que preexistem a seu tempo e conversam entre as demarcações temporais – passado, presente e futuro⁸ dialogam sobre a manutenção deste corpo-imagem –, que preservam lugares a que compulsoriamente lhe fora designado, a ponto de atribuir a si fantasias, *formas*, modos, gestos que o olhar do Outro Branco adianta desde própria percepção de si. Antes de saber de si, o Outro a sabe, a define.

Excedente, transbordante, incoerente a isso, existem Corpas, e dessas Corpas emergem localidades-territórios, colocando o Negro inventado em lugar ínfimo. Esse Negro forjado por um conjunto de instituições que necessitavam *demarcações*, criou algo correspondente ao imaginário e projeções de seu inventor (Kilomba, 2019). Há um potente processo de desterritorialização do corpo preto, que deixa de ser subjetividade aos violentos *olhos* do Colonizador⁹, para dar lugar à desumanização. É necessária a separação dos corpos

⁶ Achile Mbembe, em *Crítica da Razão Negra*, utiliza “Negro” com letra maiúscula, referindo o cunho Colonialista da palavra, ou seja, além de indicar sobre qual sujeito se fala, traz o significado simbólico que a palavra “Negro” incorpora, o Negro inventado pelo Branco é o Negro com letra maiúscula, referenciando o autor.

⁷ Como Aquele que se diferencia do outro e que se supõe saber assim como é suposto saber. Aquele cujo poder, superioridade e dominação são atributos compositores da instituição Colônia, em uma ordem simbólica. Na *Psicanálise Laciana*, o Grande Outro é aquele que atribui a linguagem ao outro, que se diferencia legitimamente do outro, Aquele que estabelece a diferença entre Si e o outro, Aquele que não é semelhante e que o outro busca sê-lo.

⁸ Qual a origem do tempo? Passado – Presente – Futuro. Início – Meio – Fim. Vivemos sob qual via? Princípio – Meio – Princípio (Santos, 2015). O futuro é Ancestral (Ribeiro, 2022). A utópica perspectiva linear de tempo.

⁹ O que representa a si próprio, sujeito, indivíduo e representa a instituição Colonização.

daqueles que servem e daqueles que pensam; o dotado de cabeça, de cérebro, do *destituído do poder* de pensar e de existir além do que seu corpo pode proporcionar enquanto gozo para o Outro Branco. A dominação de alguns corpos sobre outros se instaura mediante a fantasia de superioridade, motivada pela exploração não apenas dos corpos pretos, mas dos territórios nos quais esses corpos existem¹⁰.

Achille Mbembe (2018) escurece o fato de que na perspectiva eurocêntrica há uma complexa relação de fabulação entre o corpo escuro e o imaginário branco, em que dela resulta um terceiro elemento, o Negro. As fabulações sobre o Negro – que não é visto e sentido como o sujeito Branco e, portanto, não lhe é atribuído a condição de sujeito - tornaram-se objeto do real, ou seja, inventou-se algo sobre aquele que fora entendido como Negro e a partir desse imaginário corporificou-se o signo Negro, sem necessariamente condizer com o real de nossa negrura, mas forjando o real condizente com o imaginário Branco: o criador do Negro, sua criatura. A intensidade da ideia de posse, o Negro criado pelo Branco, é o seu mistério objetivado, objeto. O seu Negro.

Sobre a invenção Branca do Negro, Beatriz Nascimento (2021) expõe o fato de que “ser Negra” constitui, também, as demandas Coloniais, na medida em que atribuem às pessoas pretas elementos que reforçam a ideia de demonização católica de sua imagem. Ser trevosa, obscura, que impede que o Outro Branco identifique com *clareza* o que é, o que guarda, o que compõe esse corpo que não é visto e sentido além da escuridão, que não se pode ver na escuridão (Fanon, 2008). O mistério que *necessita* ser dominado.

Tais elementos fazem caminho à zoomorfização (Nogueira, 2014), que além de retirar a pessoa preta de sua humanidade, a animaliza. Logo, a “razão” torna-se um valor civilizatório Branco – partindo da compreensão de irracionalidade do ser animal – e elemento vital do corpo cartesiano (Oyèwùmí, 2002). Essa razão, que dota o Outro Branco de humanidade, e mais do que isso, torna-o sujeito – único – da norma, em vias de ordem binária, opositora, reduz existências outras – e a sua própria – a comparativos que enfatizam superioridades em detrimento da aniquilação de quem não ocupa simbolicamente o *mesmo* lugar.

Aimé Césaire (2020) contrapõe a perspectiva de um sujeito ser considerado ser humano único – considerado por si –, evidenciando o fato de que a “colonização desumaniza até o homem mais civilizado” (p. 23), portanto, ainda que pessoas brancas, e mais precisamente o homem branco, aquele cujas atribuições são *imagem e semelhança*, se coloquem em posição hierarquicamente superior, iguala-se àquele que considera inferior, desumaniza-se ao desumanizá-lo. A composição binária eurocêntrica de determinar o mundo posiciona, também, territórios como Europa e África enquanto opositores. Concomitantemente

¹⁰ Neste sentido, é importante considerar as dimensões territoriais simbólicas, o corpo território simbólico, assim como território geográfico.

a esse fenômeno há a manifestação de interesses de exploração, extração e dominação de um povo sobre o outro, respectivamente, pautado minimamente numa lógica de superioridade em diversos aspectos e dimensões, como já mencionado.

A prerrogativa da inferioridade enquanto justificativa para a colonização, escravização, tráfico e comércio de *cativos* implicou em necessárias estratégias para a manutenção desse cenário – algumas delas já citadas anteriormente –, que reforçam e delimitam, à medida que se atualizam, os territórios em que se pode ou não existir. No entanto, Onà é mais do que o Corpo-imagem de controle¹¹ produzido pelo Outro Branco, existindo em sua própria Corpa.

O Colonialismo é incapaz à Corpa. Corpa diz sobre o que imprime sua existência, sobre as memórias-histórias as quais correspondem à sua origem. Sua Corpa não representa apenas a si, mas àquelas que a tornaram existência, existindo em um tempo-espaço anacrônico, fazendo caminhos para percursos que não foram constituídos no agora, ao mesmo tempo que são. Diz também dos lugares que ocupamos, Corpas pretas, independente da lógica determinada pelo Outro, como enuncia Beatriz Nascimento e Raquel Gerber (1989), reverenciando Orí enquanto elemento vital, memória, história que se corporifica, traz à vida a potência do existir.

Eduardo David de Oliveira (2005) envolve-nos à percepção dos corpos enquanto corpo ancestral, afirma-o expressando a “anterioridade”, o que faz conexão à Corpa, sendo justamente a dimensão que localiza a existência das Corpas compostas pela memória, pelo material e imaterial, pelo social, cultural, pela relação consigo e com o outro. “O corpo, e então o modo preexistente existir” (Oliveira, 2005, p. 128).

Trata-se de uma Corpa que considera as pluralidades de sua própria coexistência que extrapola qualquer tentativa assoladora de fragmentação e determinação. Viver, por esse sentido, dirá não necessariamente da valorização do sentido da visão, como coloca Oyèrónkẹ Oyèwùmí (2020), quando problematiza o ocidentocentrismo, mas parte de um lugar que se percebe (n)o mundo, o sente, como refere Eduardo Davi de Oliveira (2005) e, portanto, vê com o corpo. Nesse sentido, vi-ver a difusão das dimensões: tempo e Corpa. E, ainda, compreendendo as composições do tempo, o tempo agora é o próprio tempo ontem e amanhã (Martins, 2021), e esse amanhã que será o agora e o ontem. Nessa fusão, a Corpa projeta sua própria memória-história que existe e transita em dimensões a-temporais. A atemporalidade das Corpas é o que nos faz vi-ver. Corpa é respiro e impulso gestar, gerir. Corpa é o tempo do tempo.

¹¹ A autora Winnie Bueno (2020), em “Imagens de Controle”, traz a objetificação de corpos pretos, o binarismo, o racismo e o sexismo enquanto elementos mantenedores de uma imagem que enclausura o sujeito preto a algo já definido, assim como, e talvez antes disso, enclausura o olhar do enclausurador – tudo permanece definidor.

Molefi Kete Asante (2009) movimenta-nos ao pensar corpos e suas localidades, quando ao conceituar afrocentricidade convoca a percepção da própria Corpa enquanto centro, deslocalizando o corpo preto de territórios que não condizem com sua existência, possibilitando uma via de percepção da dimensão de Corpa. Essa localidade território se refere às expressões territoriais simbólicas e geográficas.

O território negro sofreu delimitações a partir do território branco, desenhando pretas periferias, margens, contornos, o fora e os brancos centros, refletindo o território corporal traçado geograficamente e o poder da branquitude exercido a partir do seu próprio eixo (Kilomba, 2019). Simbolicamente, desses territórios nascem territorialidades que abrigam mnemônicos registros em cada corpo-território (Nascimento & Gerber, 1989), fazendo a manutenção da vida, da morte, do entre, dos corpos considerados humanos e não humanos¹².

Corpa é manter-se viva, centralizando a própria experiência de vi-ver, não apenas fora do centro do Outro – pois considerar exclusivamente isso seria ainda estar localizada a partir da localidade do Outro Branco –, mas dentro de si e do que efetivamente lhe concede potência de vida, ou seja, a partir do seu próprio centro, de seu Orí. À vista disso, vi-ver diz dessa existência, que contempla não o indivíduo, em um sentido ocidentocêntrico, que fragmenta, aniquila, que necrosa, mas anuncia outros caminhos, encruzadas, palavras, coexistências e corpos.

O corpo é elemento material, lugar de impressões, marcas, desenho do real, que ao compor o olhar do outro se torna outro real. Corpo é frágil escudo da palavra que transpassa feito lança o coração dos *homens*. O corpo é colocado em território impróprio, ao mesmo tempo que é insuportável, o corpo é insuportável. Às percepções do corpo-tela, em Leda Maria Martins (2021), somos corpos perspectivados pela poética da vida, do vi-ver, esse corpo *outro*, diferente do corpo mencionado até então – que existe as definições do Outro Branco –, não existe sem Corpa. O contrário é inverdade. Esse corpo material é transitório.

Corpa é palavra, porque diz sem dizer o que passa por dentro, expõe e exprime, diz o tempo inteiro. Corpa é corpo de memória, de lugar, de história, de desejo... é território do sensível. Corpa é território. Modificamos esse corpo da Corpa. Mudamos uma coisa ali, outra aqui, enfia agulha, faca, bisturi, coloca corpos dentro dessa Corpa que abriga corpos que vieram de outras Corpas. É tipo um espectro do espelho, sabe? Já colocou um espelho em frente ao outro e viu que imagens se formam? Corpos dentro de corpos compondo Corpas, imagens dentro de imagens e fora delas. Dentro e fora concomitantemente. Não é apenas sobre corpos físicos, mas sobre transgeracionalidades, sobre a pele que não é só pele, que não é só capa protetora, cujas células morrem para se renovarem e fazem morrer. É sobre a Corpa que respira e pode viver sem esse ar. Que corpo, afinal de contas, respira sem ar? Que

¹² Não humano, nesse sentido, refere-se ao humano desumanizado pelo Colonialismo.

corpo fala sem boca? Que corpo é esse, visceral? A Corpa!

Que Corpa é essa que não é definida, não é definidora? Que não contratura, não contrai? Que Corpa é essa que não atrofia? Muito pelo contrário, expande e é expansora. Que Corpa é essa expandida, infinita, ilimitada? Que Corpa é essa transitante, transfigurada, transformada, transformadora, que transforma a dor, transgressora, sabedora, duvidosa? Que Corpa é essa, amorosa? Corpa da magia, da pergunta, da história, do inenarrável. Corpa da memória, do tempo, atemporal. Corpa espiralar.

Que corpo é esse dessa Corpa que *os Inimigos não alcançam, não pegam, não veem, e nem em pensamentos podem fazer mal?*¹³ (D’Obaluayê, 2012). Que Corpa é essa, não *institucionalizável*? Essa Corpa da encruza, da dúvida, do caos organizador? Essa Corpa o que é, o que será, o que virá a ser, o que já foi, o que não é o agora, e que existe agora? Um corpo que não é corpo, é Corpa. É isso, é aquilo, é outro, não é coisa, nem objeto, é Corpa. É aquilo que rasga, que fura, que degrada, que se reintegra. É o não Colonizável, não capturável. É o vital, a poética, o tempo, a poética do tempo, o tempo da poética, o movimento, a possibilidade, a caminhada, o caminho, o caminhar, a imaterialidade, o gesto.

Esse corpo infante negro é abraçado pelo véu da branquitude, é afetado, encapsulado. E quem afeta o corpo branco? A Corpa! E a Corpa das crianças pretas? Como rasgam esse véu? Que gingas produzem as Corpas das crianças pretas? Como as Corpas das crianças pretas vivenciam as instituições, a relação com o Outro? O que dizem as sutilezas, o submerso, o oculto, o silêncio do Colonialismo que objetifica pessoas, gestos, subjetividades, que coisifica (Cesaire, 2020), que invisibiliza, apaga, esquece, que nos faz marionetes? Como é possível cortar as cordas que “controlam”, fechar as bocas dos que dublam, lançar luz àquele que habita a “escuridão” que está por trás dos palcos de madeira tentando controlar cada movimento dos bonecos de papelão? Marionetes, diz-se. Quem as fez? Quem assiste a esse teatro?

Ai meu Deus como eu queria
 Conhecer quem manipula essa marionete
 Ai meu Deus como eu queria
 Conhecer quem manipula essa marionete
 Eu daria, um abraço sincero em você
 Eu daria, um abraço sincero em você
 Todas as ideias soltas e essas palavras quem não falaria
 À quem mexe minha boca

¹³ Inspirada na reza para Ogum, constante no livro “Orações e Preces aos Orixás” de Batista D’Obaluayê.

Não diria nada, só agradeceria
 Eu daria, um abraço sincero em você
 Eu daria, um abraço sincero em você
 Ai meu Deus são tantas coisas,
 Imagine só o que eu não faria
 Se eu tivesse uma tesoura juro que essas cordas eu não cortaria
 Eu daria, um abraço sincero em você
 Eu daria, um abraço sincero em você (Santiago, 2021).

Incorpore Onà. Que chega sem pedir passagem.

3.1 Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo: não seja pai, nem filho, nem espírito. Amém

Não à toa o Negro foi demonizado, afirma Frantz Fanon (2008), *éramos nós* a personificação de Éşù, o corpo comunicação forçado, Colonialmente, ao silenciamento. Mas se Éşù é o caos, o contraditório, o (in)correto, a Corpa-Éşù não se reduziria em comunicar apenas com a boca, pois o território dos sentidos habitam todo o corpo, tornando-se impossível ao Outro dominar um corpo que está à sua frente e não está ali. Impossível dominar a língua que sequer está dentro da boca. Impossível controlar a voz daquelas que falam com os poros. Ainda que “Colonizadas”, houve/há algo maior que seu próprio corpo e que só era/é maior em função de sua própria Corpa.

[...] eu tenho uma língua solta
 que não me deixa esquecer
 que cada palavra minha
 é resquício da colonização
 cada verbo que aprendi conjugar
 foi ensinado com a missão
 de me afastar de quem veio antes
 nossas escolas não nos ensinam
 a dar voos, subentendem que nós retintos
 ainda temos grilhões nos pés
 esse meu português truncado
 faz soar em meus ouvidos

o lançar dos chicotes
 em costas de couros pretos
 nos terreiros de umbanda
 evocam liberdade e entidade
 com esse idioma que tentou nos prender [...] (Ribeiro, 2019, p. 130).

A Catequização, enquanto medida inerente ao projeto colonialista, inerente à relação colonizador - colonizado, expõe o cordão umbilical entre Igreja e Estado. Diretamente ligada à necessidade urgente de doutrinação, movimentou diversos corpos para que fosse efetivada, tendo também como base a desconsideração do território alheio – seu corpo, sua existência, suas terras simbólicas e físicas –, que sequer é considerado outro. Desse modo, a evangelização universalista está diretamente ligada à expansão católica em território brasileiro e à ruptura dos ignorados limites dos corpos indígenas e negros. A catequização como doutrinação, pressupõe domínio daquele ainda não doutrinado, e paulatinamente a doutrinação foi criando corpo a partir da evangelização, como missão, a economia colonialista e a salvação dos espíritos se tornaram objetivos da colonização dos corpos, havendo mútuo interesse entre Igreja e Estado (Hoornaert *et al.*, 1977).

A catequização foi também um meio de contenção da Corpa-palavra¹⁴, de fazer ferida, embargar, entalar na garganta, de fazer faltar a voz. Junto da palavra, o convencimento compulsório da necessidade de salvação (Hoornaert *et al.*, 1977), conter a existência, através das correntes, troncos, prisões, máscaras de flandres, *destituição do poder familiar*, e tantas outras estratégias hoje atualizadas. Exorcizar o Corpo Êsùístico, o corpo da carne, do instinto, do desejo, demonizado, animalesco – como carnalmente era visto pelo Colonizador – para possibilitar viver com a benção de Deus Pai todo Poderoso, Criador do Céu, da Terra e protetor da pátria, concedendo alma àqueles que não a possuíam, e considerando o Espírito àqueles que vieram das trevas, desalmados, incivilizados (Kilomba, 2019).

Destarte, ao nos depararmos com as impossibilidades marcadas pelo Colonialismo, a Corpa existência, ininterruptamente comunicante, a língua falada, que faz fronteira, território-existência¹⁵, e o nome-sobre-nome, que também faz de um sujeito quem ele é, foram colonialmente engolfados e compulsoriamente impedidos. Qualquer expressão de vida que não a do colonizador, passível aos olhos desse, foi colonizada, impactando e traumatizando corpos outros, forçadamente encaixados na *lógica* branca, que desviou dos sujeitos, objetos

¹⁴ Aqui, nesta escrita, a palavra verbal não é a única considerada e é de fundamental importância compreender a Corpa enquanto palavra expressão no mundo, que o movimenta, liberta, emancipa e reconhece os lugares de onde veio.

¹⁵ Remete a noção do conceito “localidade-território”, acrescentado à questão de como é possível existir neste território, que vida é possível?

da colonização, sua própria rota. O branco, o eurocentrismo, tornaram-se a única coisa, referência compulsória da localidade do outro não branco (Asante, 2009).

Deslocalizadas, homens e mulheres escravizadas, submetidas à unicidade Divina, à pretensão da superioridade racial que *outorgou* o poder de salvar aquele que se supõe necessitar salvamento, que carece salvar-se de si, pôs em xeque a autopercepção da pessoa preta, que correu/corre graves e incessantes riscos de corresponder ao imaginário branco (Kilomba, 2019). Com isso, a possibilidade de vivenciar sua comunidade e família foram atravessadas pela travessia¹⁶, apagamento, catequização, desumanização dos povos africanos submetidos à dispersão que anunciava o por vir. Partindo desse ponto, o povo preto foi a borda, o contorno, o fora, aquele que está à mercê e à disposição do desejo branco.

Se o negro foi objeto mercadológico – e ainda é – a própria mercadoria, a moeda, o troco e o produto, a insurreição da Corpa diz sobre a resistência ao Colonialismo e sua manutenção, e desvio, fuga à função do corpo escravizado no centro da instituição Colonial. Homens negros eram o alvo principal de mão de obra escrava, até a instauração de intensa política sexual, onde a *produção* de crianças “escravas”¹⁷ se tornou importante elemento de rentabilidade dos senhores escravagistas. Às mulheres negras, principalmente, destinava-se o cuidado dos filhos e das filhas de suas *senhoras e senhores*, assim como eram vítimas de violência sexual, de estupro, além das violências de outras ordens cometidas pelos homens e mulheres brancas (hooks, 2020).

A política sexual que bell hooks (2020) menciona, direciona os holofotes para o corpo¹⁸ da mulher preta e o coloca no centro de um cenário em que forçadamente exerceu diversos papéis – além dos mencionados acima – e que lhe retirou o direito à família, que sequer era um direito. Esse lugar de partida se refere, justamente, sobre quais famílias poderiam seguir sua linhagem e ocupar algum lugar, e a quais eram fragmentadas, destruídas e destinadas a sustentar famílias do Outro, branco, que tinham permissão de viver, nutridas pelo trabalho escravizado que lhes fornecia sustento, dava-lhes o que comer, o que mamar, o que gozar.

Que família? Aquela que, atualmente, talvez, seja possível identificarmos em discursos brancocêntricos, cujos corpos políticos brancos estão à frente do poder do Estado, são representantes federativos, que bradam o jargão “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”. Uma narrativa que reforça o valor da família composta por homens brancos, cristãos, heterocisnormativos, ocidentocêntricos. Da Família Colonial, cuja base se solidificou a partir

¹⁶ Idem página 24 nota 8.

¹⁷ O termo que representaria adequadamente é “escravizada”, porém, consideremos que filhos e filhas de escravizadas nasciam escravas, tinham proprietários – filha de produto, produto é. Perversão e poder colonialista sob Corpas Pretas.

¹⁸ Nesse sentido, não se considera a poética da Corpa, pois o corpo objeto se torna apenas um pedaço vivo de carne, consumível em todas as instâncias. “A carne mais barata do mercado é a carne negra”, como cantava Elza Soares (2002).

da mão de obra escravizada, hoje, a “Família Tradicional Brasileira”.

Aquelas que carregam esse título – de “Família Tradicional Brasileira” – tem a missão de centro operacional de manutenção desse lugar. O “tradicional”: família branca, heteronormativa, cristã e demais elementos que possam corresponder à normativa Colonialista. Embora seja possível que não estejam completamente explícitas as atribuições desse título, esses núcleos auxiliam a manter oculto o que é necessário permanecer oculto. Utiliza-se do silêncio enquanto forma do impossível; transparecem-se processos problemáticos como naturais e inerentes às relações, os segredos se mantêm. O que se distancia do “tradicional” é impedido de existir.

Ao depararmos-nos com a emergência de outras percepções que colocariam em risco essa estrutura, rachar-se-iam paredes, romper-se-iam barragens. “Segredos como a escravização. Segredos como o Colonialismo, segredos como o racismo” (Kilomba, 2019, p. 41), representam o quê? Operam de que maneira nos *núcleos familiares tradicionais e não tradicionais*? Com a base na instituição Família, pode-se identificar os caminhos que foram trilhados para que um determinado tipo de configuração familiar fosse considerado em detrimento de quaisquer outros.

Nesse sentido, as famílias aqui problematizadas compreendem não apenas a quem as compõem, mas, principalmente, ao conteúdo instituído nesse núcleo e à imagem que produzem e carregam sobre a Corpa-espço-tempo¹⁹ – a elas insuportável. Eis que nos deparamos com a noção de matriz civilizatória e com o ocidentocentrismo que desconsidera a própria noção de matriz - essa que significa o próprio gestar, casa, abrigo, origem nos convocando à busca de nossas matrizes. Busquemos nossas partidas, pois se “o futuro é ancestral”, como nos lembra Katiúscia Ribeiro (2022), compreender a família a partir desse ponto é justamente descobrir outra localidade e principalmente outra “agência” (Asante, 2009).

3.2 Famílias: um lugar (des)conhecido

Convivi com pessoas onde no mínimo quatro gerações cresceram juntas, bisavós, avós, mães, pais e nós, todas pretas. Papo de mais de cem anos²⁰ entre essas gerações. E no bairro onde morava, quando sumíamos de nossa casa, pode ter certeza de que estávamos brincando uma na casa da outra ou almoçando, tomando café, comendo melancia de colher na frente de casa. As festinhas no bairro, as histórias das mães, pais, tias, tios, primas e

¹⁹ Corpo que não diz do corpo individual, mas do corpo que se forma a partir do coletivo familiar e cujos sujeitos co-respondem à ideia de existir em sua localidade comum, mediante um tempo espiralar, mas demarcada por um tempo cronológico, concomitantemente.

²⁰ Se considerarmos um tempo cronológico, mas importante considerar o tempo simbólico da vida.

primos, as feridas, os (des)encontros, as paixões, os amores, as dores. Tudo inscrito ali, naquele corpo-território. Nossas famílias viveram histórias que só são possíveis se forem contadas em comunidade, estão vívidas na Corpa de todas nós, e coexistem, transitam entre nossos tempos. Essas quatro gerações são as que conheci, há também inscrito o que não sei, mas que exala em minha Corpa, por nossas ancestrais, “os que eu conheço e os que eu não conheço e os que me conhecem melhor do que eu mesma”, nos aterra Sobonfu Somé (2007, p. 29). Permaneceremos caminhando, por nossas mais velhas, nossas mais novas e nossas iguais. Essa é a minha comunidade e a minha família, que não sei bem onde começa uma e termina outra, e talvez não seja sobre onde começa ou termina, mas sobre o ser em nós, sobre acontecer, sobre nossa relação com o tempo, com a história, com a memória.

*Somos Dandara*²¹,

Ocupando o espaço com seu corpo físico (território existencial), eles apoderam-se da cidade, reproduzindo o modo dos antigos quilombolas, tornando-se, como aqueles, visíveis ao regime. Fazendo deste espaço descontínuo no tempo, em que as “frinchas” provocam linhas de fuga e são elementos de dinamização que geram um meio social específico (Nascimento, 2021, p. 251).

É perigoso reduzir a vivência amefricana (Gonzalez, 1988), assim como a europeia – entre tantos outros pontos de localidade que podem ser considerados –, a uma única ideia de família e, portanto, tomaremos cuidado em não compreender uma experiência única enquanto normativa, o que também seria um movimento brancoeurocidentocêntrico.

Ainda que o Colonialismo tenha sido um projeto que se esforçou – e conseguiu em certa medida – em recorporificar seus alvos em todo seu processo de estabelecimento, o qual perdura até o presente por ser uma tecnologia que se atualiza constantemente, há algo que diz da existência que está abaixo da terra sob a qual o Colonialismo pisa, e acima do céu sob o qual o Colonialismo vê. Existência que está para além dos olhos Coloniais e além dos nossos próprios, mas que à Corpa se incorpora e que permanece viva, ainda que tenha o corpo ceifado.

Mesmo que o corpo matéria morra, chore, sangre, algo vive junto dele, além dele, fazendo-o continuar vivo, continuar a vi-ver, existir em um lugar onde o Colonialismo não alcança. Esse lugar é justamente a Corpa-memória, cuja localidade é nossa própria Corpa, ou seja, a Corpa é um local, sendo assim, torna-se expressão da vida. Ainda que o Colonialismo faça parte dessas memórias, a diferença mora justamente no não esquecimento

²¹ Corpa-voz de Dandara, que também sou eu, Jéssica, que escrevo, ora através de mim, ora através de outras.

do que existe para além dele. Todo esse território é morada do que veio antes, do ser-sendo, do vir-a-ser e, dessa maneira, não diz apenas do corpo individual, mas de todas que existiram e criaram histórias-memórias para hoje existirmos, como coloca Beatriz Nascimento (1985).

A narrativa de Dandara vai ao encontro dessa prerrogativa, reconhecendo inclusive que suas memórias não são apenas suas, pois fala de uma Corpa que cresce em coletivo, que considera a comunidade enquanto localidade existência, cujas relações se estabelecem para além de seu tempo, mas também no e em seu tempo. As experiências de Dandara e Sobonfu Somé encontram-se quando ela conta sobre seu povo, Dagara: “Quando você tem um filho, por exemplo, não é só seu, é filho da comunidade. Do nascimento em diante, a mãe não é a única responsável pela criança. Qualquer outra pessoa pode alimentar e cuidar da criança” (Somé, 2007, p. 42).

Reconhecer a comunidade enquanto localidade para o cuidado das crianças evidencia modos de ser e estar no mundo em que o outro é visto-sentido-percebido como extensão de si. Um cuidado compartilhado que pode ser lido ocidentalmente, enquanto falta de cuidado. E, nesse sentido, é necessário considerar o papel da Igreja e do Estado no que é considerado família, desde a norma e o fiscalizador, respectivamente. O que é considerado fora dessa norma está passível às suas punições.

O patriarcado²², sendo elemento celular das instituições Igreja e Estado, em que um não está separado do outro a partir de seus interesses – coloca em xeque modos de existir que se desenham fora dessas margens. Às instituições, o homem é ator central, que representa para além de seu corpo, mas um modo social de operar. Convoco Marilena Chauí (2000), que nos diz:

Pater é o senhor, o chefe, que tem a propriedade privada absoluta e incondicional da terra e de tudo o que nela existe, isto é, plantações, gado, edifícios (“pai” é o dono do patrimonium), e o senhor, cuja vontade pessoal é lei, tendo o poder de vida e morte sobre todos os que formam seu domínio (casa, em latim, se diz domus, e o poder do pai sobre a casa é o dominium) , e os que estão sob seu domínio formam a família (mulher, filhos, parentes, clientes e escravos). Pai se refere, portanto, ao poder patriarcal e pátria é o que pertence ao pai e está sob seu poder. É nesse sentido jurídico preciso que, no latim da Igreja, Deus é Pai, isto é, senhor do universo e dos exércitos celestes. É também essa a origem da expressão jurídica “pátrio poder”, para

²² A função do patriarcado é basicamente a dominação masculina em todos os aspectos institucionais – e que possam ser institucionalizados –, desde a Família até Deus (Lerner, 2019). bell hooks (2020) traz a discussão e análise do patriarcado, não apenas o sexismo, mas também o racismo, compreendendo o lugar do homem negro no sistema patriarcal, considerando e problematizando as diferentes maneiras e os impactos desse sistema na população preta escravizada, como se o homem negro ainda estivesse em vantagem à mulher negra, porém, ambos sob domínio do homem branco.

referir-se ao poder legal do pai sobre filhos, esposa e dependentes (escravos, servos, parentes pobres) (Chauí, 2000, p. 21).

Oyèrónké Oyewùmí (2020) considera o Estado do Patriarcado ao se referir sobre a alocação da Europa em África, onde tal movimento resultou não apenas na invenção da categoria mulher, como na expurgação dessa em sua atuação ativa nas instituições coloniais, estabelecendo, assim, novos papéis destinados aos então homens e mulheres, e configurando o que seria (im)possível. Nesse sentido, é importante lançar luz ao lugar da mulher e, principalmente, da mulher preta, que exerceu alguns papéis específicos no Período Colonial e no presente, diante do poder determinado a partir da lógica patriarcal estabelecida, sendo esse corpo patrimônio do homem branco e, por que não, do homem preto em alguma medida.

Ao compreendermos alguns elementos de nossa história, somos convidadas a outras percepções de nós e de nossas comunidades, ou seja, o patriarcado, que tão assimiladamente compõe sociedades ocidentocêntricas, não condiz com experiências africanas, exceto pelo fato de o eurocentrismo se infiltrar nas diversas camadas da vida africana e, posteriormente, americana, alerta Cheikh Anta Diop (2014), o que, portanto, ameaçou sociedades matriarcais. Fomos lançadas ao Colonialismo, que é a própria ruptura, a própria desintegração do sujeito consigo, à Escravidão, Evangelização, Doutrinação, onde a vida é também baseada em caixas e encaixes, onde o que é nomeado é norma.

Portanto, são sinônimos: pai = homem = marido; mãe = mulher = mulher (esposa); filho = biológico e filha = biológica, enquanto núcleo familiar, com lugares muito bem demarcados (Oyèwùmí, 2000). A problemática mora justamente no momento em que o projeto Colonial impediu famílias pretas de serem mulheres pretas maternando crianças brancas, que nasceram de seus Senhores e suas Senhoras²³. Pessoas pretas que, enquanto eram produto e produtores no sistema Colonialista, gestavam e pariam “escravos”, marcavam em seus corpos a im-possibilidade de vivenciar a família naquela localização, naquele território. Muitas das pessoas vítimas da escravização que vieram com seus/suas companheiros/as foram vítimas também da compulsória separação, em função da venda de seus corpos a Senhores distintos (Strieder, 2000). A esses, dispersos pela estratégia colonialista de desmantelamento de comunidades sequestradas de África, era permitido novo casamento entre escravizadas, assim como entre escravizadas e libertas (Campos & Merlo, 2005).

²³ Assim como a prole de pessoas escravizadas nasceram “escravos”, já lhe era determinado esse lugar, eram feitas para isso, os bebês brancos, filhos de donos e donas de “escravos” nascem herdeiros e herdeiras, e, portanto, dono das escravas, por isso Senhoras e Senhores, já diziam do lugar das instituições Colonial e Escravidão.

Em contraponto, quando Beatriz Nascimento (2021) traz o Quilombo enquanto localidade, expõe outros caminhos. Os Quilombos foram justamente o corpo possível de coexistência, “um sistema social alternativo” (Nascimento, 2021, p. 115), emancipatório, autônomo, libertário, (re)localizador. Os Quilombos enquanto instituição não só propuseram como, efetivamente, mantiveram a memória ancestral viva, estabeleceram o que Nascimento (2021) nomeia como “continuidade histórica”.

À vista disso, o Quilombo, enquanto lugar de existência, imprime nas Corpas pretas diferentes noções de família e comunidade, posto que firmou outro caminho dentro de um regime escravocrata. Nessa percepção de realocização da Corpa preta, evidencia-se outro corpo-território (Nascimento, 1989), onde as comunidades de terreiro também, assim como os Quilombos, são a expressão da memória viva, que dialoga com as Corpas pretas para não apenas manterem seus corpos vivos, mas manterem suas histórias-memórias vivas, cujos elementos que a constituem não conversam com normativas eurocentricas, sendo justamente lugar de coexistência, de ser uma Corpa viva, que ultrapassa um espaço geográfico e afirma território (r)existência, fortaleza, nascente (Nascimento, 2021).

A questão que permeia é a de que maneira é possível localizar-se a partir de seu próprio corpo, quando concomitantemente há outras instituições que se atravessam nessa Corpa-memória, na tentativa de seu apagamento – e, por consequência, apagamento do próprio sujeito agente de si e de sua comunidade? Apagamento do que a mantém viva, sendo a Corpa a expressão “material” da memória.

Quando Aza Njeri (2020) alerta sobre o estado de banzo contínuo, provoca-nos a compreender um local. Tal localidade refere-se ao que Luis Antonio de Oliveira Mendes (2021) descreve sobre o banzo, ao se referir aos pretos escravizados, que se encontravam em estado de devastação emocional, de melancolia, ressentimento, da consciência daquilo que foi preciso suportar. Nesse sentido, o contínuo do qual Aza menciona diz do banzo que está ligado ao processo escravocrata, mas também do que não acabou junto dele.

Dessa maneira, qual percepção analisa o cuidado e as relações de afeto quando se trata da comunidade preta? É possível fazê-lo, sem que se leve em consideração questões que não começaram hoje e não terminarão amanhã? Sem levar em consideração as complexidades do que se baseia as instituições pretas e que são atravessadas pelas instituições brancocentricas normativas?

Nesse sentido, vivenciar o estado de banzo contínuo é o indicativo de estar deslocalizada, sem a possibilidade de reconhecer seu próprio território. A mãe de Onà, que deixa de ser mãe para tornar-se “a genitora”²⁴, ainda vivenciava seu corpo em outra

²⁴ Linguagem geralmente utilizada no Acolhimento Institucional, para referir pais e mães de crianças e adolescentes acolhidas.

localidade. Excorporar sua própria localidade é justamente reconhecer como é seu existir, o que não quer dizer de uma existência fixada, mas do encontrar-se e desencontrar-se, alçar voos e pousar, sentir que caminhos se caminham quando for possível, pois o Colonialismo também nos faz questionar se nosso andar é correto, quando não é sobre certo ou errado. O Colonialismo constrói nossa história isoladamente para que nos tornemos peças de manutenção da ordem ocidentocêntrica, e ainda ser produto e produtora dessa instituição, à mercê do Estado, de Cristo, e sermos objetos de seu gozo.

Portanto, instituições que têm seus cursos a partir da nascente Colonialista, rejeitam “veementemente que os afrodispersivos (re)assumam sua identidade africana para agregar em perspectivas de formas de vida e em outras maneiras de experienciar a sua humanidade” (Njeri, 2020, p. 168-169). Sendo assim, de que maneira é possível pensar a instituição família, como considera Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2000), atravessada por outras diversas instituições que determinam quando, quem e como é possível vivenciá-la?

Parta.

Parto. Parir. Partir.

Ao sair,

Chora.

Não esquece de respirar.

Dá pra abrir os olhos, mas pode ficar com eles fechados, tudo no teu tempo.

Algum tempo depois tu descobrirá que essa é uma das primeiras partidas que fazemos na vida. Isso irá te partir.

Agora, devagar, abra seus olhos.

Eu disse, abra os olhos.

Querida, agradeço a tua existência, e peço que ouça minhas palavras com atenção.

Tu estás chegando neste mundo e é necessário saber de algumas coisas.

Nosso corpo virou um produto, meu útero, tua casa, tornou-se moeda do colonizador.

Estamos super(des)valorizadas.

Quando o colonialismo, minha pequena, embarcou nossos sonhos, impossibilitou gestar desejos, fez de nossas Corpas produtoras de nós, e aí descobrimos que ser atribuída Objeto, significava servir. E é isso que tenta, insistentemente sobrepor-se à nossa existência, que assim como essa memória uterina, é grandiosa e como água, escapa entre os dedos.

Não há como apagar memória Ancestral.

Busco palavras em português para fazer com que tu entendas, meu amor, que não há Senhor que erguerá sua arma e fará de ti o que ele deseja. Não há senhor, minha

pequena, que te tirará desta casa Sagrada, para servi-lo. Nem ontem, nem hoje, nem amanhã.

Nosso tempo é outro.

E quando tu saberás que tu és tu? Ainda que, por vezes, esquecer, tornou-se estratégia. E chega de traçar estratégias para sobreviver às molduras brankkkas.

Não existimos para isso.

Talvez, mais cedo do que imaginas, tu precisarás saber o que significa trabalho, serás apresentada ao racismo por pessoas que tu te relacionas e por outras que tu sequer sabia da existência. Farão tu acreditar que o problema és tu, e isso talvez se torne uma verdade absoluta. É isso que é feito aqui. O Estado forja tudo o que é possível.

Verdade Absoluta?

Absoluta?

Assim como você será, fui alvo de tudo isso, e muitas outras coisas que não caberão nesta escrita, não caberão em minha boca, não caberão em minha corpa se sozinha. Você, minha prole, encontrará caminhos possíveis junto aos seus e partirá de lugares que te colocarão compulsoriamente.

Subverta-os.

Não disse que será fácil, nem mesmo que tu não sentirás desejo de partir de lugares que tu precisará estar. Mas tu já partiste do lugar mais sagrado existente. Agora, seja você mesma este lugar, e encontre lugares, pessoas, tempos, que não nos converta em moeda. Que não nos transformem em objeto de gozo.

Lugares, pessoas, tempos, que reconheçam, assim como tu reconhecerá o útero simbólico sagrado, de afeto e de amor, onde o Estado não chega, onde não haja brecha para réplicas Colonialistas. Onde nossas copas possam fazer seus caminhos, e por isso teu nome, Onà.

Tu és teu próprio caminho.

Subverta (Santiago, 2021)²⁵.

²⁵ Escrita de apresentação na V Jornada do Núcleo de Estudos e Pesquisas E'léékò, em 2021.

4 INSTITUIÇÕES: territórios demarcados, corpos colonizados?

O relógio marcava 15 horas, uma pequena sala bege – como comumente são as cores dessas Instituições –, ar-condicionado, semicírculo formado por seis pessoas e uma sétima – a mais importante que não estava fisicamente ali. Acredito que havia muitas outras pessoas que não estavam ali, mas estavam. Nossas Ancestrais, nossas memórias, nossas histórias “pregressas”. Muita gente cabendo naquela pequena caixa, ou sala, para ser mais adequada. Mas dos corpos visíveis ali, eram seis, contando comigo: Dandara, muito prazer. Mulher preta, do interior, realocizando-me em mim, graduada, tentando deixar o lugar da minha **invisibilidade**, que naquele momento era dublada como inexperiência no que se refere a processos de adoção, juizado, requerentes e formalidades institucionais.

É necessário lembrar que as cinco pessoas, exceto eu, eram brancas e mesmo se não fossem, questiono: Como é possível sobreviver – ou subverter – as/nas instituições sem minimamente espelhar alguma violência colonialista? O processo de adoção daquela criança preta sequer “reconhecia” o fato de ser uma criança preta. O **desejo** das pessoas brancas, o desejo das instituições, em “despachar” a criança preta acolhida para mais um **case** de sucesso; a manutenção do racismo institucional, primeiramente, com um mix de racismo recreativo, individual, fez com que mais um corpo preto registrasse memórias desnecessárias; a vida da criança preta sendo determinada por pessoas brancas e ceifada por suas instituições; a tentativa de chamar atenção para o que ocorria.

Sabíamos de quem estávamos falando afinal? Sabíamos que era uma criança preta, institucionalizada, experienciando sua Corpa, atravessada por diversas questões que a convocaram desde cedo a conhecer alguns lugares que crianças jamais deveriam conhecer? Sabíamos o que, até então, representava aquela Corpa-existência? Sabíamos que ela existia?

Tentativa frustrada não apenas a da adoção, mas a de lembrar que estava se tratando de uma criança preta. **Não importa!** Foi a frase dita após ter encontrado um único meio de evidenciar a negrura de Onà, “ela tem o cabelo crespo, é importante cuidar adequadamente. Seus brinquedos também, bonecas e outros que indiquem minimamente alguma referência, seria importante ter por perto”. **Não importa!** Responderam prontamente. E seguimos, sem nos importar.

Onà foi adotada.

Onà foi devolvida.

Por quê?

Não importa!

“Não escutar é uma estratégia que protege o *sujeito branco* de conhecer o mundo subjetivo das pessoas negras [...]”, diz Grada Kilomba (2019, p. 122) ao discorrer sobre a relação de poder estabelecida entre uma pessoa branca e outra não branca. Há elementos da dimensão de vida dos “não racializados”²⁶ que parece não importar, pois, supostamente, não fazem sentido.

Quando Grada Kilomba (2019) retrata um cenário onde o racismo institucional opera dentro do núcleo familiar, considera as barreiras formadas pelo Colonialismo, as quais não foram erguidas hoje, nem ontem, mas como é possível perceber, foram erguidas e mantidas há centenas de anos. O que Grada evidenciou, portanto, não foi apenas a denúncia do racismo neste local, mas do lugar do não saber. Ainda que o não saber possibilite brechas, rachaduras para descobrir o quanto não se sabe a partir de um novo saber, pode também ocupar lugar de negação, desresponsabilização e autoproteção.

Ocorre que ao discutirmos sobre instituições, consideremos não apenas os indivíduos que as compõem, mas o que alimenta os corpos institucionais. Em se tratando da Instituição Adoção, Instituição Família, Acolhimento Institucional, Instituição Judiciário, que corpos são esses? Que corpos²⁷ as compõem? Que papéis exercem? Que simbologias se espelham? É possível identificar as artimanhas do Colonialismo agindo nas instituições, ou as instituições são os próprios fragmentos Colonialistas?

A partir de uma localidade simbólico-territorial, a “família” é a nascente e a beira, o *início* e o *fim* de um ciclo. Nesse sentido, é necessário seguir a direção dos holofotes, assim como atentar-nos ao que não está sendo iluminado por essa luz, ou seja, percorrer os caminhos até a (de)cisão da adoção quando se trata de crianças acolhidas institucionalmente e perscrutar o caminho tomado quando se trata de crianças pretas, como Onà nos convoca a pensar. O que acontece no escuro?

Quando se trata de adoção legal há um “rigoroso” processo de avaliação para que se chegue à execução da adoção – em termos burocráticos –, inclusive a escuta da criança para sua efetivação. Todavia, compreendendo os atravessamentos em uma dimensão macro, avaliemos com cuidado o que é considerado nas (de)cisões para que uma criança ou adolescente seja acolhida institucionalmente, para que o poder familiar seja destituído, para a permanência dessa criança/adolescente em acolhimento e para a avaliação quanto a sua aptidão para ser adotada.

²⁶ Importante atentarmos a dois pontos. Quando se trata dos não racializados, evidencia-se uma relação de poder, posto que infere-se que os que foram racializados, foram a partir dos que não se racializaram, e, nesse sentido, diz-se das pessoas brancas. O segundo ponto refere-se justamente ao fato de tais elementos poderem não importar para pessoas racializadas também, ou pessoas não brancas, sendo isso também uma questão de localização, ou a falta dela, nesse sentido, o sujeito negro deslocalizado de si pode atribuir esse discurso à sua narrativa.

²⁷ Corpos com “C” maiúsculo condiz às Instituições. Corpos com “c” minúsculo refere-se aos corpos dos sujeitos atuantes nos Corpos.

Em se tratando propriamente desse último processo, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2019), os principais passos para tornar-se requerente à adoção são: passar por avaliação da equipe técnica do Poder Judiciário e participação em programa de preparação para adoção, o qual merece destaque, pois uma das questões que a princípio é trabalhada é a orientação e estimulação à adoção interracial, assim como a grupo de irmãos e crianças e adolescentes com deficiência, que apresentam questões específicas de saúde. Tal prerrogativa abre brecha para supormos diversas questões relacionadas a atenção necessária a esses grupos e de pensar o perfil das pessoas que estão se tornando requerentes. Por fim, após certificação do juizado em programa de preparação para adoção e parecer do Ministério Público, defere-se a habilitação para adoção. Por conseguinte, há a inserção das requerentes no Sistema Nacional de Adoção (SNA).

Os dados do CNJ (2022) registram que no **Brasil** há **4.397** crianças e adolescentes **disponíveis para adoção** para **35.917** pretendentes. No **Rio Grande do Sul**, são **467** crianças e adolescentes **para adoção** para **3.684** pretendentes. Dessas 467 crianças e adolescentes, 121 são consideradas pardas e 77 consideradas pretas. Das 3.684 pretendentes, 1.924 aceitam adotar crianças ou adolescentes de qualquer etnia²⁸, 1.004 desejam adoção apenas de crianças/adolescentes pardas; 216 apenas de crianças/adolescentes pretas; 204 desejam adotar apenas crianças/adolescentes indígenas; 1.645 pretendentes que aceitam apenas adotar crianças ou adolescentes brancos; e 425 aceitam adotar apenas crianças amarelas.

Em relação às **crianças e adolescentes que estão em processo de adoção** no Rio Grande do Sul, totalizam 659, das quais 198 e 97 são pardas e pretas, respectivamente, 349 crianças são brancas, há 10 crianças com indicativo de etnia “não informado” e não há indicativo de crianças indígenas. Das 2.408 crianças e adolescentes adotadas a partir do ano de 2019 até o momento, ano de 2024, 572 são consideradas pardas e 196 pretas, 1.120 crianças brancas, 151 crianças amarelas, 367 crianças com indicativo de etnia “não informado” e não há indicativo de adoção de crianças indígenas²⁹.

Não há, no SNA, informações explícitas das pretendentes à adoção, o que torna frágil e inconclusivo afirmar sobre algumas características das famílias que desejam adotar. Cabe alguns questionamentos sobre as famílias que escolhem pela adoção, que estão judicialmente habilitadas para tal processo: Como foram “habilitadas”? Por quem foram habilitadas? Quem as compreende aptas à adoção? Que corpos institucionais são estes que também auxiliam para a manutenção de alguns lugares?

²⁸ Linguagem utilizada na descrição dos dados do CNJ.

²⁹ Os números informados estão totalmente fidedignos às informações do site e apresentam alguma margem de erro.

Sendo assim, pensar nos dados quantitativos relacionados à adoção, leva-me a supor sobre as famílias nas quais crianças e adolescentes pretas estão sendo inseridas e, tão logo, as tecituras de vida, os fios e alinhavos de famílias interracialis que se formam, neste caso, de pessoas brancas que adotaram crianças e/ou adolescentes pretas que, por sua vez, trazem questões peculiares para esse panorama. Portanto, o racismo institucional, enquanto agente ativo, evoca especificidades ao funcionamento dessas relações familiares (assim como das demais instituições citadas).

O racismo institucional fará justamente a costura do ponto de partida dessas crianças e adolescentes, que vêm de uma primeira instituição, a família nuclear. Essa instituição é atravessada por diversas outras instituições e, ao longo desse percurso, na (de)cisão pela adoção e o retorno à instituição família, a criança é colocada em diversos lugares que também correspondem ao corpo-imagem de controle³⁰, entre outros representativos ao que lhe é atribuído à sua imagem.

Quando se trata, portanto, da racialidade como ponto comum às instituições, somos forçadas a pensar no jogo de poder em que as hierarquizações são determinadas, pois determinados corpos não refletem a mesma imagem daqueles que manipulam esse poder, colocando-se como hierarquicamente superiores, sendo uma das faces da branquitude. Nas palavras de Tânia Aretuza Ambrizi Gebara (2023, p. 196): “O racismo, com sua ênfase na superioridade racial, ajuda a construir no imaginário social a crença de que é possível hierarquizar os sujeitos e seus corpos”.

Ora, se o racismo é um meio de dominação de um sujeito sobre o outro (Almeida, 2020) e o que compõe as instituições percorre a lógica política, econômica e mercantil, retornamos a um panorama já conhecido, o Colonialismo, em que determinados corpos tornaram-se o principal produto. Hoje, evidencia-se a atualização de funcionamentos institucionais passados e produz-se novos mecanismos, tecnologias, pelos mesmos objetivos (Gebara, 2023).

Silvio Luiz de Almeida (2020), ao dialogar sobre instituições, abre caminhos para senti-la estruturalmente ao descrevê-la enquanto lugar absorvedor dos conflitos e antagonismos peculiares à vida social. Dessa maneira, o papel das instituições é, segundo o autor, o estabelecimento de normas capazes de orientar a vida dos sujeitos, esses que só se tornam sujeitos a partir das regras institucionais e suas normativas. Assim, o poder que as instituições exercem é também elemento de disputas internas na obtenção desse poder. Neste sentido, é possível compreender o lugar em que o homem normativo³¹ é colocado em relação à família e a outras instituições, sendo aquele que não apenas detém o poder como sendo o próprio

³⁰ Idem nota de rodapé 5.

³¹ Branco (loiro, se possível), heterossexual, cisgênero, cristão.

poder, e os esforços em manter *a ordem e o progresso* a partir desse lugar.

Márcia Campos Eurico (2020) alerta que o racismo transita em múltiplos lugares, à medida que é institucionalizado, sendo manifestado e operando de diversas maneiras e, ainda que evidente, é oculto, ou ocultado, a partir de seus interesses, e diante da possibilidade de justificar sua existência sem que esteja atrelada ao indivíduo. Posto que no interior das instituições, terceirizar o que seria de corresponsabilidade dos sujeitos, é uma prática comum, o racismo torna-se parte da cultura desses locais, e os indivíduos meros instrumentos de funcionamento da engrenagem.

Desta forma, há políticas de combate ao racismo, fomentadas tanto pelo Poder Judiciário quanto pelo Acolhimento Institucional, mas que dificilmente chegarão às famílias, pois essas correspondem ao privado. Isto é, a família também é local onde nos tornamos sujeitos, mas as dimensões da vida pública e privada estabelecem diferenciações nessa instituição, auxiliando na naturalização da prática do racismo e reforçando seu lugar institucional. Tal prática corrobora a ideia de que, ainda que em espaços de Poder Público, exista políticas de combate ao racismo, mas não há garantias de sua efetivação, como contribui Márcia Campos Eurico (2020) ao afirmar que as demandas das crianças/adolescentes em situação de Acolhimento Institucional são “atendidas” a partir da perspectiva de inexistência do racismo ou de que ele exista da porta para fora.

Dessa maneira, não podemos afirmar como se desenham, especificamente, algumas práticas de manutenção do racismo institucional no interior dessas instituições. Contudo, ao atentarmos a pontos de análise relacionados a alguns questionamentos já citados no corpo desta dissertação, é possível observar que o mesmo lugar que estimula a adoção de crianças pretas, não desenvolve, a princípio, meios de problematizar e analisar criticamente sobre racialidade, sendo, portanto, um modo de operacionalização do racismo institucional. As instituições mantêm o racismo sem rosto, facilitando sua terceirização, e contribuem para práticas ambíguas das Políticas de Adoção, em relação ao lugar em que as instituições ocupam na vida das crianças pretas.

Parece-me que nos deparamos com uma fotografia institucional, cuja imagem é estática, porém, atualmente, é possível manipulá-la, modificá-la, mas que sua base é a mesma. O Colonialismo é facilmente atualizado, não há interesse nem motivos para escondê-lo, é a violência que se tornou explícita e forçadamente ajustável e que ao mesmo tempo oculta-se à medida que é nomeado de outra maneira que não pelo que é; e que criou, conforme Aníbal Quijano (2005), as Américas, raças e hierarquias, e evidenciou diferenças para alimentar conflitos. Colonialismo que institucionalizou o racismo, que alimenta instituições e que se mantém magistralmente e propositalmente vivo.

As instituições não se sustentam com base apenas na branquitude, no Eurocentrismo, mas na violação do ser negro, na tentativa constante de manipulação de nossos corpos para

criar a necessidade súplica à concessão da vida, reproduzindo tempos escravocratas, em que corpos Negros, sob dominação de corpos Brancos e de sua Branquitude detentora do poder de fazer viver e de fazer morrer, como refere Achile Mbembe (2016). Ainda que o fazer viver fosse sinônimo de uma vida mortífera, sob domínio do Outro Branco, estando o Negro à mercê de suas perversidades.

Diante disso, o Colonialismo forja até mesmo corpos negros e outros não brancos a estarem a seu serviço, a serviço de seus desejos e privilégios; projeta contextos, cenários, palavras, inventa memórias, ideias, corpos, criando até mesmo justificativas para embasar seu funcionamento, e faz tudo isso sem cara, rosto, sem nome, porque é a massa, havendo demasiados corpos instituições que o constituem. O Colonialismo é ambíguo³². Ao minimamente analisarmos suas instituições, facilmente transitamos em tempos que nos confundem; nessa demarcação de tempo Ocidental, passado se coloca no presente que se coloca no futuro.

Se o trabalho do Colonialismo é se manter vivo, o trabalho da branquitude, das pessoas brancas e das não brancas adormecidas é alimentar e ser alimento desse (cis)tema. Portanto, é necessário considerar os dispositivos que foram criados pela Instituição Colonial para compreendê-la. Como um câncer, ela age por dentro. Para alguns, é “determinado” eutanásia; para outros, tratamento intensivo; e outros ainda, a cura pela brancura. Em tempos em que a posição de um determina a posição do outro, e nem sempre vice e versa, o Negro que é Negro porque existe Branco (Noguera, 2019) permanece à sua periferia.

O grandioso poder que as instituições do Colonialismo exercem permanece replicando um discurso da falsa democracia racial, da inclusão e facilidade de acesso a lugares antes jamais acessados pelas pessoas não brancas. Ocorre que a problemática está justamente nessa perspectiva, da branquitude, em que somente corpos brancos podem autorizar outros corpos “diferentes” a acessarem “seus” espaços. Assim como existem espaços criados para abrigar somente as não brancas, e eventualmente “brancos não brancos” (Cardoso, 2020), como as instituições carcerárias, os Acolhimentos Institucionais, as favelas, a pobreza.

Logo, se as instituições são lugares de produção de normativas, não há exceções. De que maneira é possível identificar as manifestações do racismo institucional no interior da instituição família adotiva? Cadê Onà nesse emaranhado de equívocos e violências institucionais?

³² Que diz respeito à dualidade Ocidental, à lógica de dois polos sempre opostos, daí partimos sua ambiguidade.

4.1 Erê: cadê a infância que deixei aqui?

Era tudo tão escuro, quentinho e aconchegante. Lá não via nada, mas sentia tudo. Lá, naquele lugar pequenino, fui ganhando espaço. Sentia meu corpo tomar conta de mim, à medida que o tempo passava, e aquela casa me abrigava. Ali estava à salvo de quase tudo, ainda que habitando um lugar que ora protegia-me, ora era um tanto quanto nocivo. Mas eu não sabia. Eu sequer sabia que existia outro lugar fora dali. E não sabia o que aconteceria porque vivia junto do tempo, e o tempo eram nossos corpos. Ali, onde não faltava alimento, água, onde era nutrida, ali onde sequer sabia o nome, mas sabia que era o meu lugar. O escuro era o que me possibilitava ver com meu corpo, e posso afirmar que ainda que minha matéria estivesse ali, estava em tantos outros lugares, e estava nesse psiquismo que faz a gente viver à frente do tempo, que nos adianta, que nos apressa. Nessa fantasia alheia de como é nosso corpo. Lá estava eu, projetada na fantasia de outros corpos e amenizando angústias de como eu seria.

Quero acreditar que havia expectativas sobre mim, e desejo em minha chegada, mas não queria partir daqui tão cedo. Não, não estou falando da morte, não dessa morte que você provavelmente conhece e que teme veementemente. Estou falando de minha partida desta casa a qual meu corpo se adaptou, está crescendo, se desenvolvendo. Mas sei que ainda tenho tempo até minha partida. Tenho tempo de escolher se permanecerei aqui, se habitarei apenas o imaginário alheio, se seguirei com meu propósito de experimentar meu corpo em outros mundos, fora desse, se é que eles existem...

Mas já entendi, compreendi que como nossos corpos aqui são o tempo, meu tempo aqui também tem um prazo. Por ora, aproveitarei o tempo que me resta ou o que resta de mim aqui, até minha partida, mais conhecida como nascimento. Não direi que estão sendo dias calmos, tranquilos, às vezes sinto as coisas conturbadas, agitadas, intranquilas. Aqui dentro, meus sentidos ficam aguçados, e tem algumas palavras proferidas que dão a sensação de que há diversos outros corpos aqui na minha morada, e já entendi que nem sempre é possível ter cuidado para que coisas que não precisam reverberar, reverberem, que há barulhos dentro de casa que deixam nossos corpos confusos, que às vezes as dúvidas tomam conta, inclusive de minha estada aqui dentro, ainda que provisória, mas de uma intensidade oceânica.

Ainda que simples, ainda que seja sobre a naturalidade da vida, é indizível essa experiência de estar aqui dentro, dentro dessa casa que não sei ainda como é por fora, se é que existe um fora, mas já sei do seu íntimo mais do que ninguém, mais do que ela mesma possa saber, porque venho de um lugar que ela veio e não veio ao mesmo tempo, venho de seu próprio corpo. E sinto tudo o que ela sente, ouço tudo o que ela diz e talvez até o que,

eventualmente, pense, como as coisas que ela come, nutro-me do que ela se nutre, quando ela está bem, estou bem, quando ela não está bem, também não estou, quando ela se alegra, posso sentir nas vibrações de nossas águas as ondas que nos afetam, e já senti tsunamis dentro de nós, já senti suas tempestades, já me senti ao léu, já senti que naufragaria.

Meus últimos dias foram marcados por transbordamentos intensos. Sentia suas angústias, a densidade de suas lamentações, seu sofrimento em relação a mim, a ela, às nossas vidas. As vidas nossas que estavam no porvir, e que no agora nos bastavam nossos corpos e nossos desejos em ocupar a nós mesmas. Já era hora. Precisava sair daquele lugar que na maioria do tempo me foi ideal, mas que agora estava comprimido, pequeno. Meu corpo mandava sinais àquele corpo-casa, sinais que diziam que estava na hora de partir. E parti. Para alguns, é nascimento, para mim, despedida.

Desocupar um lugar significa que ocuparia outros, que como já disse, não sei ao certo. Ao colocar meu corpo no mundo, senti algo diferente do que sentia antes de partir do meu lugar, e transbordei como minha mãe transbordava incessantemente durante algumas semanas. Transbordei porque, ainda que sabendo que aquele era o meu tempo, não significava que estava de acordo. E chorei porque estava aprendendo a respirar, a sobreviver de um jeito diferente, a simbiose mudou sua face, está deixando de sê-la. Vou aprendendo a respirar por aqui, ainda que seja difícil, parece que meu corpo já sabia tudo o que precisava ser feito.

Finalmente conheci aquela que me abrigou em meu tempo, aquela cujo corpo me envolveu em vida. Minha visão ainda está um pouco turva, o que dificulta ver nitidamente, mas a sinto com meu corpo de um modo diferente, seus braços me envolvem como algo que não sei explicar, é incomparável a sensação, ao encostar meu ouvido em seu peito; e aquela batida que ouvira incessantemente quando estava ali dentro, em seu corpo-casa, estava ouvindo naquele momento, ali fora, a mesma cadência. Conhecia até seu acelerar, seu coração também era meu tempo, meu termômetro, meu guia, aquele som me reconfortou no mesmo instante. Fiquei ali, por muitas batidas, que ficaram ressoando dentro de mim, a ponto de não saber se as batidas eram dela ou minhas, até que precisei partir novamente.

Não consigo reconhecer o lugar em que estou, mas tem uma luz muito forte, que não me deixa abrir os olhos, uma sensação que invadiu meu corpo, estranhamente, ou será meu corpo estranho aqui? Assim como quando estava dentro daquele corpo-casa, aqui fora também é tudo intenso. O tempo foi passando e fui enxergando melhor, mas meu corpo todo ainda é meu guia. Tudo sempre parece uma grande despedida, e confesso que em alguns momentos achei que fosse retornar de onde eu vim, mas meu corpo já sabia de tudo, inclusive do não retorno, não fisicamente pelo menos, e por isso parti.

Tiraram-me do envoltório dos braços do meu corpo-casa, mas retornei, e retornei, e retornei, e ela estava lá. Chegou o momento em que fui embora daquele lugar em que

estávamos, que ficamos por um tempo, onde fomos cuidadas, nos foi acolhedor. Partimos daquele lugar, juntas dessa vez, meu corpo-casa e eu. Depois fui compreendendo que corpo-casa pode ser chamado de mãe também.

Morávamos em um lugar pequeno e frio. Diferente de antes de minha primeira partida, dividimos espaço e comida com outras pessoas. Minha mãe já não tem mais leite, estou aprendendo novos modos de me nutrir, e ela me apresenta a maioria deles. Estou aprendendo como viver em meu corpo, afinal de contas, nosso cordão foi cortado, mas também entendo que esse cordão não é só físico, tantas coisas nos ligam, mas estou seguindo minha vida, afinal, quando partimos de alguns lugares, talvez seja esse o propósito maior, continuarmos caminhando.

E continuei caminhando, até agora, com a ajuda da minha mãe, da minha avó, e às vezes da minha própria, porque com cinco anos e meio, já se faz muitas coisas, como minha avó sempre diz. O tempo passa depressa ou passa como tem que passar. E fui aprendendo a fazer várias coisas nessa casa externa, porque a minha brincadeira preferida é brincar de casinha, já estou maior, já sei falar, ler, escrever algumas coisas, e minha casa mudou, não é mais ela que cuida de mim, sou eu que cuido dela, minha mãe mudou, porque precisa cuidar de outros bebês, alguns dela, outros que não são dela, e não consegue mais cuidar de mim.

Aqui todo mundo sabe cuidar da casa e da gente dos outros, mas não sei como aprendemos a cuidar de nós. Eu até acreditava que tudo o que tinha era cuidado, até mesmo quando faltava comida e minha avó tinha que sair pedindo por aí; até mesmo quando minha avó dizia que tinha que me cuidar, pois se não fosse ela eu não estaria viva; até mesmo quando minha mãe aparecia vez ou outra, depois de dias fora, dizendo que me amava e que me cuidaria para sempre. Ainda que pequena, sabia que o sempre é muito tempo, mas confesso que sempre que ela voltava, sentia um pouco mais de esperança que teria uma mãe, para sempre. Lutava contra a ideia de que aquilo que um dia foi minha casa, não era minha e não era mais casa, como se uma onda forte tivesse invadido e levado tudo, a casa inteira, sobrando só destroços. Ainda assim, as amo.

Fazia de tudo para agradá-las em troca de um pouco de amor, de atenção, em troca de um olhar que me ajudasse a sustentar minha existência, mas fui descobrindo a duras penas que estava mais sozinha do que pensava. A história vocês já sabem. Minha solidão foi nomeada como negligência, mandaram-me para um abrigo, onde sonhos – e alguns pesadelos – são desfeitos para darem lugar a outros. Mas ali fui morrendo um pouco, porque parei um pouco de sonhar, porque meus sonhos viraram lágrimas, e eu nem sabia que sonhava tanto. Desaguei sonhos, mágoas, tristezas, desaguei-me e fui entendendo que o que queria e o que precisava era de desejo.

Esse desejo que talvez minha avó e minha mãe já houvessem perdido, esse desejo que se esvai diante das necessidades da vida, e que sua ausência nos faz morrer, mesmo

estando viva. Esse desejo que é via de mão dupla, porque afinal de contas, desejo ser desejada. Talvez o abrigo tenha me dado a possibilidade de encontrar esses desejos, e vou descobrindo a duras penas que os desejos que vêm ao meu encontro não vão ao encontro do meu próprio, mas é preciso tempo para perceber, e talvez esse tempo nem tenha chegado ainda.

Ver minha família biológica, logo quando cheguei ao abrigo, era como um pedido de não esquecimento, junto da esperança de poder voltar. Eu sei que em algumas partes estava melhor ali do que em casa. Ali não havia tantas ausências como em casa, exceto a da minha mãe, que já era ausente; ali eu não me sentia tão sozinha. Depois do abrigo, vi ela poucas vezes, minha avó eu vi mais, até o momento em que não via mais ninguém, e não tinha sequer o desejo de vê-las, ainda que com saudade, não sei exatamente do que.

Tudo o que estou dizendo é uma confissão, porque acho que é errado sentir amor e ódio ao mesmo tempo pela mesma pessoa, e junto disso, a sensação de que eu não estava sendo aprovada pela minha família, como se eu tivesse feito algo de errado, e acho que fiz, fiz muitas coisas erradas, talvez não tenha sido uma filha suficiente. Mas o abrigo me deu outras oportunidades e, talvez, alguém me aprove por aqui.

Adotar estratégias para conseguir encantar e sobreviver. Ser adotada é uma resposta de que essas estratégias estão dando certo. Ser aprovada por uma nova família me fez acreditar que deu certo. E fui, acreditando, desejando, confiando. No fim das contas, tudo o que buscava e que achava que precisava, era aprovação, era sentir o mínimo. Sentir que era desejada. E no fim das contas, fazer de tudo para ser desejada custa caro, e custa mais caro ainda a angústia das pessoas em me verem ser desejada.

Ser jogada em abismos que, somados aos meus, eram gigantescos, uma queda livre, aprisionadora, que quando cheguei ao chão, quebrou-me por inteira. A adoção foi a queda no abismo. Ser devolvida, a quebra. Eu não sei se essa história tem um final feliz, ainda estou vivendo, juntando meus cacos, descobrindo se o desejo não se quebrou junto de um corpo ou se ainda desejo desejar. Acho que tenho muito o que descobrir. Há uma coisa que ainda desejo.

Respostas.

A infância, representada nas figuras infantis, nas crianças, é lugar sagrado nas tradições de minha comunidade de terreiro. É a vitalidade, a doçura, o que transcende a qualquer corpo, o que não morre. O olhar profundamente penetrante, o sorriso, os gestos, a sutileza dos toques infantis com suas pequenas mãozinhas, em seus corpos-crianças, as suas

verdades verbalizadas corporalmente, nos indicam que são as infâncias a moradia do incapturável, de mistérios por elas facilmente revelados.

Basta uma frase, uma resposta, uma pergunta, um porquê? É imprescindível que existam outros corpos para (trans)bordar junto dessas infâncias, que possam movimentar-se à escuta desses corpos-crianças. Clarice Cohn (2005) refere sobre poder escutar o que dizem, como dizem e pensar suas existências pela via das infâncias, considerando as diferentes culturas, localidades simbólico-territoriais, as multiplicidades de existir e compreender as infâncias (Cohn, 2013), que neste sentido não corresponde a uma preparação para a fase adulta, mas são as crianças, também, as próprias agentes ativas de suas vidas (Cohn, 2005).

Entretanto, a adultização das infâncias é desenhada a partir desse bordar, ou seja, a borda das pessoas adultas não correspondem a bordar, no sentido de colorir, de desenhar, criar junto, mas de borda enquanto limite, enquanto limitação. Assim, ainda que no interior de uma infância, as exigências de adequações e encaixes à suportabilidade adulta desloca a infância para outro lugar, não se espera da criança, infância, mas corpos colonizados, subordinados, “educados”, adequados à “superioridade” adulta.

Há uma insistente posição (ou contraposição, dependendo do lugar que se ocupa diante da infância), que evidencia e talvez valorize qualquer percepção que faça da infância outra coisa que não ela mesma, mas “a infância impõe algo” (Noguera, 2019, p. 539). Ouso dizer, não se sabe exatamente o que a infância impõe; essa infância vem do lugar do inventivo, da novidade, do nascimento e, até que algo seja inventado, até que algo nasça, até que algo seja criado, não se sabe o que vem. E talvez a infância também seja isso, seja o que está entre seu corpo e o que sai dele, o antes da criação, o entre, o que está sendo e o que será, o que não se sabe e o que dá a possibilidade de vi-ver, apesar do que não se sabe.

Memórias dessas infâncias percorrem meu corpo, como lugar habitável, e me relembram que o corpo adulto não deveria ser lugar inabitável às infâncias, cujo ar tantas vezes é irrespirável, é rarefeito; as águas turvas em que facilmente patologizamos o que habita as infâncias e vangloriamos infâncias adultas ou adultizadas (adultização que corresponde a um ideal de adulto) e, por consequência, deixam de serem infâncias. Crianças resilientes³³, que já dão conta das mazelas da vida, das feridas e tristezas, que não choram muito, que não são agitadas, sempre ajudam, que cuidam das crianças menores, que são responsáveis, que vão sempre bem na escola, não falam palavrões e pedem por favor e com

³³ Um dia, em uma conversa com uma conhecida, falávamos sobre resiliência, ela disse algo como não fazer tanto sentido esse termo, porque resiliência nos faz acreditar que todo o sofrimento pode ser superado individualmente, como se a resiliência fosse romantizada e vangloriada. Percebo que esse termo é comumente utilizado para elogiar pessoas pretas, indígenas e/ou pobres diante da superação de alguma violência do Estado. Em uma pesquisa rápida no google, resiliência significa: 1 - Física - propriedade que alguns corpos apresentam de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação elástica. 2 - Figurado - capacidade de se recobrar facilmente ou se adaptar à má sorte ou às mudanças. Desta maneira, utilizamos aqui esse termo como uma crítica.

licença, que fazem quase tudo que uma pessoa adulta (nem sempre) faz; uma criança que não incomoda, porque até mesmo o incômodo que possa causar uma criança, cuja infância dá notícias, pode ser vítima de patologização, diante de diversas opções de diagnósticos para colonizar as infâncias, torná-las suportáveis às angústias adultas.

A infância ainda não é o contrário do que se espera na criança adultizada, é algo outro, que também não é o outro do adulto, como alerta Renato Nogueira e Luciana Alves (2019). Pode ser que a infância também seja o instante anterior em que surge a pergunta e, ser também a própria pergunta – ora, se não são elas que fazem movimento na vida, as infâncias e as perguntas das infâncias. Será também a infância, a incerteza brincante, curiosa, descabida, duvidosa que move?

De certo modo, é possível compreender as instituições Estado/Judiciário e Acolhimento Institucional, compostas em sua maioria por pessoas brancas, também ocupando o que Renato Nogueira e Luciana Alves (2019) chamaram – a partir do termo cunhado por uma das crianças participante de sua pesquisa – de adultidade. Essa que seria uma espécie de descarrilamento dos trilhos e que remete à metáfora do descarrilamento de Wade Nobles (2009), que versa sobre o próprio movimento do trem fora dos trilhos. Nobles explica que o descarrilamento ainda deixa o trem em movimento, assim, movimentar nossos corpos, ainda que fora dos trilhos, dá a sensação de “progresso”, o movimento em descarrilamento se torna quase que uma localidade.

É possível, portanto, pensarmos que a normalização da adultidade é o movimento em descarrilamento que atropela as infâncias. Isso quer dizer que essas instituições, ao mesmo tempo em que são agentes executoras na proteção das crianças e adolescentes, são também violadoras de seus direitos. Ora, de que maneira é possível pensar as infâncias, em suas particularidades, especificidades, singularidades, subjetividades e, também, em suas vitalidades, experiências e potência de vida no interior das Instituições de Acolhimento, sem que sejam colocadas como vítimas de suas próprias histórias e que diante disso se espere *resiliência* e adequação à institucionalização de seus corpos?

A grande questão é pensar criticamente a ação dessas instituições nas infâncias, que ao mesmo tempo em que preservam a vida, também fazem morrer. Esse contraditório, de certo modo, vem do mesmo lugar, com diferentes nuances, com diferentes faces. Deparamo-nos com as contradições de um Estado, que por um lado (e talvez em todos os lados e direções) produz a necroinfância – termo cunhado por Renato Nogueira (2020), a partir do conceito de necropolítica, de Achille Mbembe (2016) –, que versa sobre a destituição das infâncias das crianças negras para que se possa assassiná-las. Necroinfância não está relacionada exclusivamente ao extermínio dos corpos-crianças pretas, mas também ao arsenal de caminhos existentes para provocar a morte dessas infâncias, seja na *execução* de

políticas públicas, no não acesso à educação, saúde, produção e valorização de sua cultura e lazer, cabendo o questionamento: Do que é feito as crianças pretas sem suas infâncias?

Aza Njeri (2020) fala sobre o Monstro do Genocídio do povo preto, que cria tentáculos específicos direcionados a cada singularidade preta e coloca as instituições como atores diretos desses tentáculos, que agem também a partir de seus interesses. Modus operandi que há 500 anos, diante de interesses mercantis do Outro Branco, fez de corpos pretos e indígenas a mercadoria e o dinheiro, servindo de gozo aos prazeres da branquitude (Noguera & Alves, 2020).

Aza Njeri (2020) alerta que os tentáculos desse monstro, que age sob a égide ocidental, sofisticam-se e atingem seus alvos de diferentes maneiras. É importante ressaltar que não estou idealizando o cuidado ou proteção às infâncias, no entanto, saliento que compreendendo que os corpos que compõem e que fazem as instituições também dizem de suas localidades subjetivas, não há como homogeneizar a prática da proteção infantil. O que não quer dizer que a noção de cuidado e proteção seja exercida a partir, somente, de uma posição individual, se assim fosse, nada justificaria uma legislação que busca garantir a proteção das infâncias; que preconiza, de acordo com o documento orientador das Nações Unidas, as ações do Estado e da Família na garantia de seu bem-estar e liberdade, considerando as diferentes maneiras adotadas em diferentes localidades (Libardi, 2021).

Não obstante, experienciando o interior das instituições e seus interesses no que se refere a crianças institucionalizadas, observo-sinto a não preservação de suas infâncias na medida em que são cercadas, vítimas da adultidade, do colonialismo, do racismo, da necroinfância. Não posso aqui afirmar o que se espera, se a instituição espera algo das crianças que estão em situação de Acolhimento Institucional, e o que espera a família que adota a criança preta, mas ousa afirmar que há uma política de expurgação das infâncias dessas crianças, sobretudo, das pretas. Para que sejam suportadas, são institucionalizadas, e talvez a institucionalização requeira também a destituição simbólica de suas infâncias, o que leva à produção de um não lugar.

O processo de institucionalização dessas crianças, por assim dizer, é deixarem de ser crianças e fazer morrer as infâncias, que não se inicia no momento em que a criança é institucionalizada, mas no desmantelamento das famílias pobres e pretas, em sua maioria, vítimas das violências do Estado, vítimas do Colonialismo, vítimas do racismo. Não estamos diante de uma determinação de um futuro, mas a constatação de fatos que ocorrem cotidianamente ao se tratar de realidades que fazem do destino de muitas crianças, a perda de suas infâncias. Novamente, um fazer morrer.

Nesse sentido, o racismo se atualiza e chega de diversas maneiras em todos os contextos, age nesse fazer morrer. Se o racismo é a violência que impede, neste caso, pessoas pretas de existirem, impede igualmente as infâncias pretas. Na tentativa de impedir

a vitalidade, criatividade e inventividade das crianças, impede igualmente as crianças pretas de acessarem suas infâncias, impede a própria infância de sê-la, marcando corpos e exigindo acesso a recursos internos tão precocemente. Talvez exigindo que crianças pretas reflitam suas vidas a partir da lógica da sobrevivência, corroborando com o afastamento de sua infância.

De certo modo, a infância não nega o racismo, mas o racismo nega a infância, não sendo algo que está fora das instituições, mas institucionalizado (Eurico, 2020). Narro-reflito sobre o racismo nas infâncias pretas, que são atingidas por essa violência desde antes de seu nascimento, e que nem sempre têm condições ambientais de nomearem – e isso também pode ser interpretado dentro das artimanhas do racismo, ceifando os recursos de vida. A não nomeação da violência pela criança facilita na sua internalização, provocando, inclusive, um sentimento de autorresponsabilização e culpabilização – é atribuído a si o que lhe é alheio, deixando a criança de ser.

O Acolhimento Institucional deveria funcionar como lugar de escuta dessas infâncias e auxílio na nomeação, assimilação, elaboração e compreensão de sua própria história. Em se tratando de racismo institucional, que acomete todas as instituições, sem exceção, corre-se o risco de não haver escuta, partindo do princípio de que racismo não existe. Ainda que a criança não consiga identificar, mas consiga falar sobre, deveria ser papel daquelas que compõem as instituições em seus diversos âmbitos, o auxílio na identificação junto da criança das dimensões e nuances da violência racista, mas não escutar já se torna a própria violência, como nos alerta Grada Kilomba (2019).

Assim, como verbalizado no início deste capítulo, há uma tendência a não escutarmos o que as infâncias nos dizem (Cohn, 2005) e, em se tratando de infâncias pretas, acabamos indo para outro lugar, onde parte-se da ideia de que elas não necessitam de escuta. E para além de uma possível denúncia verbalizada pela criança, ou não, não escutar as infâncias é hierarquizar relações, considerando inclusive que nada se tem a aprender, apenas a ensinar e elas a obedecer.

Diante da iminente ameaça de morte das infâncias negras, a existência da própria infância preta “pode funcionar como uma resistência à coisificação e animalização” (Nogueira & Alves, 2019, p. 18), tornando-se o paradoxo do colonialismo e a mais potente força contra o racismo (Nogueira & Alves, 2019). Por essa via, qual seria o papel das Instituições de Acolhimento, senão ser lugar de vida das infâncias, não apenas de abrigo de corpos, mas morada, lar de suas criatividades, vitalidade, inventividade?

Contraditoriamente, o Acolhimento Institucional acaba, muitas vezes, por ser executor da necropolítica, da necroinfância, neutralizando as infâncias, sendo não lugar de suas expressões, de seus corpos, sendo intolerante às suas existências. Mas não é só de racismo que faz um negro viver, como inventa a branquitude. O que há na infância, especialmente na

preta, que facilmente se torna alvo? Como perceber as infâncias em sua integralidade, não deslocando-as de seus corpos-crianças, compreendendo-as enquanto sujeito, enquanto sujeito de direitos, talvez seja um dos impasses e, no mínimo, a contradição mais letal no viver das infâncias pretas no interior das instituições.

Se por um lado, há, nessas infâncias, uma insistência vital em existir, tensionando não certa dependência do outro, mas a coexistência e ciclicidade por outro, as infâncias podem representar o início e o início, ou o passado e o futuro, se assim for de melhor compreensão. A possibilidade de transitar entre os tempos e em movimento de espelhamento, se reconhecer em outras infâncias, diz da vitalidade que só é possível às infâncias, e que é emprestada àqueles que desejam. E por isso a insistência vital em existir, insistência por dar conta da vida, ainda que numa atmosfera de morte em suas mais variadas faces.

Defender a ideia de que as infâncias são os caminhos mais potentes (Nogueira, 2019) é também dizer que as infâncias são o fazer vi-ver, o modo em que a vida transita na inventividade das possibilidades de novos caminhos, desses ainda a serem abertos. Nesse ciclo institucional, que institucionaliza as infâncias, se tem na adoção, um dispositivo de manutenção desse fazer vi-ver, cuja dinâmica já problematizamos aqui, e como traz o artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2021).

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016).

A Instituição Família opera – ou deveria operar – na diferença da Instituição Estado, o que não quer dizer que a retire da condição de instituição e da existência do racismo institucional em seu âmago, mas da possibilidade de não operar na mesma lógica das instituições maiores, utilizando dos mesmos dispositivos do fazer morrer, de fazer morrer as infâncias pretas – reforçando um lugar de réplica ou de espelhamento, em que ainda que os movimentos sejam contrários, as imagens são iguais –, mas de dispositivos provindos de outro lugar.

Ao evidenciar e trazer à discussão a manutenção do racismo institucional existente no interior das famílias, afirmo que não há discriminação de quais famílias são ou não acometidas. A diferença consiste justamente em como cada núcleo familiar é atingido e reflete seu racismo. Partindo desse princípio, como existem as infâncias pretas, neste caso, inseridas em suas famílias *substitutadas* brancas, questiono: de que maneira sua negridão é expressa e acolhida nesse novo lugar?

Se o problema da branquitude é negar sua própria racialidade (Bento, 2016), assim como desconsiderar que o colonialismo atinge até as pessoas brancas (Cesaire, 2020), que um dos instrumentos da branquitude é a utilização do silêncio (Kilomba, 2019), não há como descolar e deslocar o fato da existência da prática do racismo em ambientes brancos ou embranquecidos, independentemente de quais forem. Assim como considerar que o fato da motivação da adoção de crianças negras – compreendendo que se parte exclusivamente de uma escolha, em se tratando de adoção legal –, pode mover o curso do rio, no sentido de análise da experiência do racismo institucional no interior dessas famílias.

Que seja motivada pelo amor, pela caridade, pelo desejo, pela benevolência, pelo senso de heroísmo, pela incumbência divina de humanizar o outro, independente do conjunto de fatores motivacionais à adoção, nenhum retira as pessoas brancas da sua branquitude ou se torna um passe livre para autointitular-se antirracistas, por exemplo, muito pelo contrário, esse contexto reforça o lugar de ambiguidade, onde, assim como a Instituição Estado que, ao mesmo tempo que deve proteger as infâncias, produz necroinfância, a família também deve exercer papel protetivo às infâncias pretas, enfrentando inclusive as consequências geradas pelo racismo (Barros *et al.*, 2023). Todavia, para que isso ocorra, é necessário reconhecer a existência do racismo, assim como autoconhecer-se racialmente.

A presença de uma pessoa negra em uma família majoritariamente branca pode até mesmo evidenciar o racismo que até então poderia estar oculto, e, partindo da perspectiva em que a família acaba se tornando homogênea, é acentuada a tendência à estimulação do apagamento, seja da memória, da história, da origem da criança preta, reforçando a máscara branca (Fanon, 2008). Não falar sobre identidade racial, não produzir escuta sobre qualquer conteúdo que dê notícias de identidade racial, que seja inclusive seu próprio corpo, ainda que talvez nem nomeada pela criança preta, é uma prática institucionalizada da branquitude, ou seja, introjetar o silêncio relacionado à racialidade é uma prática institucional, acentuada pela complexidade no processo de identificação com o outro e desidentificação de si.

Nicole de Carvalho Barros *et al.* (2023) colocam que ainda que haja reconhecimento da existência do racismo, há também a desresponsabilização das pessoas brancas em sua manutenção tanto em outras camadas sociais “externas” ao núcleo familiar quanto em seu interior. Ao mesmo tempo, se torna viável aceitar o racismo externamente e negar internamente. Nesse sentido, são necessárias reinvenções diversas, no que diz respeito à própria racialidade que reflete no pertencimento, e que as diferenças raciais no interior das famílias evidenciam esse fator, que pelo fato da adoção propriamente dita, por si só, já é uma questão.

Corre-se o risco de que se espere, das infâncias pretas, brancura e novamente um deslocamento de sua identidade racial. Insistiremos na perspectiva de manutenção do silêncio como meio de manutenção do racismo. O não dito diz muitas coisas. Portanto, ao afirmarmos

que as famílias operam – ou deveriam operar – na diferença da Instituição Estado é também afirmar que a manutenção da utilização das estratégias da branquitude para negar não apenas o racismo, mas sua própria racialidade, assim como embasar seu silêncio, deveria falir.

5 O CAMINHO SEM FIM TEM NOME: ONÃ

Te sentir em meus braços foi a experiência mais alucinante que tive, das tantas experiências alucinantes que já tive na vida. Eu vi, senti, transbordei energia que nos envolvia naquele momento. O calor da nossa pele, a penugem dos meus braços em contato com a tua pele; segurava sua cabeça e suas costas como se você fosse um cristal, e era. A coisa mais delicada, frágil, e cara a mim. Naquele momento éramos eu e você.

Meu coração numa cadência acelerada, meu nervosismo tomando conta a cada mexida sua, que antes sentia dentro de mim. A gente não sabia o dia de amanhã, tampouco me interessava o que aconteceria depois, se o que era de mais valioso, que abriguei dentro de mim e dei à luz, estava ali em meus braços. Você, sem escolha e sem nem saber o que era confiança, confiou e confiava a mim a sua vida. Sei que dali a um tempo, que não tão longo assim, falaria miseravelmente e minha miserabilidade gritaria estrondosamente, mas jamais esquecerei da sensação de te segurar em meu colo.

Em algum momento nossos corações pareciam um só, batiam sincronizados, como se tivessem combinado. Os banhos que lhe dei, os abraços amassados que te incomodavam, seu sorrisinho sem dente toda a vez que me via, e ai desses cientistas que venham dizer que você não estava sorrindo, que era apenas reflexo. Seus detalhes eram encantadores. Seus tons. Seus gestos. Sua graça. Seu nome. Tudo em você era vida. Até mesmo suas lágrimas de fome pedindo leite, sua manha, e seus gritos de protesto quando algo estava desconfortável.

Quando mesmo que você parou de gritar? Quando mesmo que parou de protestar? Quando mesmo que lhe deixei? Eu sei, não tens respostas, elas devem partir de mim, mas minha miséria me dissecou. Sequer tenho noção do meu corpo, e fui perdendo a noção do seu. E disso você nem deveria saber, essa parte, e algumas outras aqui, serão escritas à lápis, caso você queira apagar. Talvez fique a marca da escrita no papel. Podemos fingir que nada aconteceu, que não vivemos isso que está apagado. Seguirei à lápis, pois o que se segue ainda é doloroso. Não tudo.

Não justificarei minha falta e nem culpabilizarei a falta alheia pela minha falta contigo. Não posso afirmar que porque não tive recursos, cuidado, que por conta de tantas coisas que já passei, que foram duras, difíceis, que em função de não conseguir sequer chegar na escola, não consegui ser sua mãe. Porque dizem que ser mãe é instintivo, e se é instintivo, não precisaria ir à escola. Ia aprender o quê por lá? Ia aprender a me defender na rua? A me defender dos brancos? A me defender de mim? Ia aprender o quê? Eles nem me queriam lá dentro. Ia aprender a te embalar? A dar de comer? A sustentar? Mas um troco aqui, outro ali, fui levando.

Desde cedo trabalhando, desde cedo aprendendo a sobreviver. São tantos detalhes que não caberão aqui. Sua avó sabe, com ela também foi assim. E desejo uma coisa tão diferente para ti. Desejava uma coisa diferente para mim também, mas dizem que quanto mais a gente corre do problema, mais se aproxima dele, né? E eu correndo de mim, mais me aproximei de mim, mas mais me afastei de ti, e à medida que me aproximava de mim, mais desejava me afastar, e toda vez que olhava pra você, lembrava de mim, e lembrar de mim às vezes não é ruim, mas quase sempre é uma tortura.

Não posso te pedir desculpas, porque independente do que fosse tua resposta, não saberia o que fazer, mas se as minhas orações ainda forem válidas, peço que ninguém tenha o poder de te desvitalizar, nem tu mesma tenha esse poder. Que aceite os teus caminhos, mas que os subverta. Não se esqueça de ti. Ouça tuas palavras. Não se perca. E onde tu estiver, quando estiver, independentemente de com quem, se dê a liberdade, não a delegue. Tenha coragem de ser livre. Sei que te fiz experimentar um pouco de minhas prisões, que não são apenas minhas, que algumas fui submetida compulsoriamente, outras escolhi, outras ainda achei que tivesse escolhido, mas também foram compulsórias.

Você é amável, desejável, adorável. Você pode amar, desejar, existir em qualquer lugar. Onde não há cuidado, não se demore. Onde não há amor, não se demore. E considere todo o tempo do seu mundo para que os Outros saibam de ti, para que tu saiba de ti. Onà, sou um fragmento da tua memória, que podes chamar de mãe. Não tenho o poder de apagar sua história, pois sou parte dela. E no fim das contas, é necessário alguém que corporifique tanto, que faça tanto essa função, ainda que faltante, que não preencha tudo isso, para comportar tudo o que tu é, e tu é tanto.

Onà, teu caminho é existir.

Um beijo.

Embora seja óbvio, ainda me é curioso como me deparei com minha prepotência ao escrever esta dissertação. De fato, acreditava que carregava uma curiosidade movimentadora que me faria pesquisar para buscar perguntas e respostas, mas estava errada, pois o que me moveu a pesquisar, foi justamente e muito mais a prepotência e não somente a curiosidade. Desejante em confirmar aquilo que estava supondo com grande afinco, antes mesmo de pesquisar qualquer coisa, mas baseada em algumas vivências analisadas a seco, iniciei o que, em minha prepotência, já sabia.

Até acessar meus “sítios de memórias”, que não necessariamente eram apenas meus, mas desenhados e redesenhados com outras histórias-memórias e projetados, refletidos,

enlaçados, emaranhados às minhas, tornou-se muito mais do que minhas suposições e prepotências poderiam construir. Com isso, questionei-me muitas vezes de minhas certezas, encontrei embasamento para outras de minhas certezas, que podem sofrer alterações em algum momento, não sei, e ainda tiveram certezas que viraram incertezas, outras que viraram algo sem sentido, o que foi bom. Aqui evoquei memórias e fantasias daqueles três anos que estive no Acolhimento Institucional, mas de memórias ancestrais, antes mesmo de sequer ter consciência sobre mim.

Pois bem, dizer dessa posição de inconclusão é, até certo ponto, confortável, mas habita uma linha tênue com o desconforto, ambos lugares provocam de diferentes maneiras. Poderia eu falar sobre o tanto que caminhamos com Onà, com outros corpos, com o nosso próprio corpo, tantas vezes em caminhos incertos, (des)sabidos, perigosos, mas seguimos. Estagnar não é a melhor opção, não enquanto Oyá venta nesse corpo e pede movimento.

Tantas vezes não vibrei ao encontro dessa energia, e não lamento completamente, mas aprendi a retornar e vibrar em outras direções que não o conformismo. Ou ela colocou pessoas que não me deixavam esquecer que havia um compromisso ético, primeiramente, com o que me comprometi a dizer aqui e do porquê vim para cá quando não havia outros corpos que pudessem comportar, suportar, elaborar, acolher oceânicos conteúdos perceptíveis a mim, ao meu corpo preto em lugares que, ainda que compartilhando fisicamente com outras pessoas, transportavam-me a uma estrondosa solidão.

Tudo isso faz parte da estratégia institucional de enfraquecer, impossibilitar, limitar nossas existências e nos reduzir às determinações do Outro, daquele que nos utiliza como combustível de sua perversão. Ora, vê se ideias, pensamentos, incertezas e suposições como essas encontrariam qualquer lugar para serem expressas? Não. Não da maneira como está. E saio – com um pé lá, outro cá – questionando-me ainda que o que está nesta dissertação foi um dos caminhos, uma das perspectivas; saio me questionando sobre como tudo isso é vivenciado pelas infâncias pretas – que, como disse insistentemente, existem – em seus mundos cheios de coisas? É uma retórica.

“Meu amor, traga todo o seu mel e todas as suas feridas”, poetisa Upile Chisala (2020, p. 36), era o que desejava dizer às infâncias, quando meu corpo encontrava crianças que me lembravam de uma realidade que não chega para todas as pessoas e que nem desejamos que chegue. “Conte-me todas as tuas histórias que começam no seu sorriso e terminam nos seus olhos” (Chisala, 2020, p. 37), era o que desejava quando nossas memórias se encontravam, mesmo que não pudéssemos testemunhar esse fenômeno nitidamente, porque o colonialismo nos embriaga, nos apaga até chegarmos ao coma, manipula nossos corpos e nos faz acreditar que precisamos dele. O colonialismo é baseado em mentiras, mas sobre isso já falamos bastante por aqui.

Se a perspectiva é início, meio e início, assim como consideramos o tempo espiralar (Martins, 2021) e cíclico de nossas vivências, concluir algo de modo taxativo seria até mesmo irresponsável, mas por vezes desejamos algumas conclusões, para que acabem com nossas angústias. Escrever sobre Onà, sobre seus caminhos, a partir do meu lugar enquanto perspectiva, fez-me ter sentimentos ambíguos, ora buscando um culpado para justificar porque as coisas são como são, o porquê das instituições e o porquê delas funcionarem como funcionam; ora me propondo a problematizar, efetivamente, porque talvez não seja sobre ter um culpado, mas sobre a centralidade das infâncias pretas que habitam as instituições aqui discutidas, sem deixar de problematizar as mesmas.

Ainda estamos sem conclusões, né? Acredito que esta dissertação, assim como outras discussões de outras pesquisadoras sobre o tema, sejam mais um instrumento para repensar no mínimo a saudabilidade da existência das crianças pretas que são inseridas em famílias “substitutas”, principalmente inseridas em famílias brancas, porque se tratando de famílias pretas substitutas, a discussão tomaria outros rumos, e como poder trabalhar com possíveis fatos que emergem especificamente desse contexto.

Deixo aqui nesta escrita minhas angústias passadas, alguns dos meus questionamentos, os episódios de racismo que vi viverem e vivi em todos os momentos que não pude falar, em todos os momentos que fui silenciada, em todos os momentos que precisei me silenciar. Não sei se aqui pude, mesmo que irrisoriamente, traduzir um pouco do corpo das crianças pretas que encontrei nessas encruzilhadas da vida e que se encontram habitando algum dos territórios aqui mencionados. Não tenho como afirmar ou saber essa informação, mas falo a partir do meu lugar de desejo.

Foi com minha comunidade de terreiro que aprendi que as infâncias, que as crianças, são o maior território vivo, a vitalidade, o início de tudo, o que é sagrado, das encarnadas, a primeira a sentar na mesa, a ser servida e a levantar, a que adoça com seu olhar, que organiza com sua brincadeira, que atravessa mundos em sua fantasia. Cabe-nos a responsabilização na manutenção dessas infâncias, em ser lugar em suas existências, no sentido de fazer viver as infâncias e não a política de morte delas. Permanecemos com a grande questão, de como a família se tornará esse lugar. Se tornará? Porque enquanto houver uma família, uma instituição outra, que invista na necrose das infâncias, não teremos ainda experimentado outros caminhos senão os mesmos.

Não sei quais são os primeiros passos para adentrar os sistemas tão consolidados e universais, já tão naturalizados, que confundem morte com cuidado, que justificam o amor e negam violências, que descolorem para conseguir sentir afeto, porque “amor não tem cor”, que não olham que imagem se reflete no espelho, não se vendo com suas próprias questões, com sua própria existência, que em nome da benevolência não problematizam sua própria imagem. Falo da branquitude, do colonialismo, dos lugares que reproduzem essa lógica, falo

do que não sei, do que descobrirei e convido, quando terminares de ler até o último ponto, a olhares no espelho e te dizer o que percebes da imagem ali refletida? Esta dissertação se inicia com reticências...

REFERÊNCIAS

- Almeida, S. L. de. (2020). *Racismo Estrutural*. Jandaia.
- Asante, M. K. (2009). Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In E. L. Nascimento (Org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora* (pp. 93-110). Selo Negro.
- Barros, N. de C., Silva, P. S., Silva, L. G., & Frizzo, G. B. (2023). “Nenhum pardo vai ser igual a gente, né?” - A espera pela adoção e as famílias interracialis. In A. Faro, E. C. Santos, J. P. Silva, & J. da Tejada (Orgs.). *Pesquisas em psicologia, saúde e sociedade*. Edições Concern.
- Bento, C. (2022). *O pacto da Branquitude*. Companhia das Letras.
- Bento, M. A. (2016). Branqueamento e Branquitude no Brasil. In I. Carone, & M. A. S. Bento (Orgs.). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 25-58). Vozes.
- BK'. (2020) Movimento. In *O líder em movimento*. Pirâmide Perdido Records.
- Brasil. (2021). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf.
- Bueno, W. (2020). *Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patrícia Hill Collins*. Zouk.
- Campo, A. P., & Merlo, M. da S. (2005). Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira. *TOPOI*, 6 (11), 327-361. <https://www.scielo.br/j/topoi/a/dmqvWS3BfT7J9rJVBYvbw5y/?format=pdf&lang=pt>
- Cardoso, L. (2020). O branco não branco e o branco-branco. *Revista Humanitas*, 47(2), 53-81. <https://humanitas.uanl.mx/index.php/ah/article/view/610/518>
- Césaire, A. (2020). *Discurso Sobre o Colonialismo*. Veneta.
- Chauí, M. (2000). *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Chisala, U. (2020). *Eu destilo melanina e mel*. LeYa.
- Cohn, C. (2005). *Antropologia da Criança*. Jorge Zahar.
- Cohn, C. (2013). Concepções de infância e infâncias - um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. *Civitas*, 13(2), 221-244. <https://www.scielo.br/j/civitas/a/4SYMpFLYrqF6pPc6g7xPCzJ/?format=pdf&lang=pt>.
- Conselho Nacional de Justiça [CNJ] (2019). *Passo a passo da adoção*. <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/adocao/passo-a-passo-da-adocao/>.

- Conselho Nacional de Justiça [CNJ] (2022). *Painel de acompanhamento*. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=cursel&select=clearall>.
- Cruz, E. A., & Hartman, S. (2023). Mesa-redonda "*Ficções e fabulações afro-atlânticas*", com *Saidiya Hartman* [Vídeo]. https://www.youtube.com/watch?v=E_XjmfTHsmY
- Diop, C. A. (2014). *A Unidade Cultural na África Negra: Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica* (2a ed.). Pedagogo.
- D'Obaluayê, B. (2012). *Orações e preces aos Orixás*. Império da Cultura Ltda.
- Emicida (2015). *Amoras. Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa* [álbum]. <https://www.letras.mus.br/emicida/discografia/sobre-criancas-quadris-pesadelos-e-licoes-de-casa-2015/>.
- Eurico, M. C. (2020). *Racismo na Infância*. Cortez.
- Evaristo, C. (2016). *Olhos d'água*. Fundação Biblioteca Nacional.
- Evaristo, C. (2020). *Escrevivência*. Leituras Brasileiras [Vídeo]. <https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY>.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EdUFBA.
- Farra, D. C. [@dallfarra] (2022). *Uma nota de força aos desacreditados: quem cuida sempre está por perto*. <https://www.instagram.com/p/CYz9LmUJhqa/>.
- Gebara, T. A. A. (2023). Infâncias de mães e de filhas/o: educação das relações étnico-raciais em famílias inter-raciais. In N. L. Gomes, & M. Araújo (Orgs.). *Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa* (pp. 169-202). Vozes.
- Gonzales, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. 223-244. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf.
- Gonzalez, L. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, (92/93), 69-82.
- Hartman, S. (2022). *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encreiqueiras e queers radicais*. Fósforo.
- Hollanda, C. B., & Nascimento, M (1976). O que será (À Flor da Pele). In *Meus Caros Amigos*. Phonogram/Philips.
- hooks, b. (2020). *E eu não sou uma mulher? mulheres negras e feminismo* (5a. ed.). Rosa dos Tempos.
- Hoornaert, E., Azzi, R., Grijp, K. V. D., & Brod, B. (1977). *História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo*. Vozes.

- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Lerner, G. (2019). *A Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Cultrix.
- Libardi, S. S. (2021). A proteção da infância é um valor para os adultos? Problematizando a Política Internacional de Proteção em contextos urbanos no Brasil. In R. L. de Castro (Org.). *Infâncias do Sul Global. Experiências pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil* (pp. 461-480). EdUFBA.
- Martins, L. M. (2021). *Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela*. Cobogó.
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, (32), 123-151.
- Mbembe, A. (2018). *Crítica da Razão Negra*. N-1 edições. <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>.
- Mendes, L. A. O. (2021). *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre costa d'África e o Brasil*. Nação Fulejo.
<http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/1156/1/Mem%c3%b3ria%20a%20respeito%20dos%20Escravos%20e%20Tr%c3%a1fico%20da%20Escravatura%20entre%20Costa%20d%27%c3%81frica%20e%20o%20Brasil%20-%20Luis%20Antonio%20de%20Oliveira%20Mendes.pdf>.
- Nascimento, B. (1985). O conceito de quilombo e a resistência cultural. *Afrodíaspóra*, (6-7), 41-49.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4408010/mod_resource/content/2/NASCIMENTO-Beatriz_O%20conceito%20de%20Quilombo%20e%20a%20resist%C3%AAncia%20cultur%20negra.pdf
- Nascimento, M. B. (2021). *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Zahar.
- Nascimento, M. B., & Gerber, R (Dir.). (1989). *Ôrí* [filme]. Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda.
<https://negrasoulblog.wordpress.com/2016/08/25/309/>.
- Njeri, A. (2020). Reflexões artístico-filosóficas sobre a humanidade negra. *Ítaca - Especial Filosofia Africana*, (36), 164-226.
<https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/31895/19770>.
- Nobles, W. (2009). Sakhu Sheti: Retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In E. L. Nascimento (Org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora* (pp. 277-298). Selo Negro.
<https://afrocentricidade.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/afrocentricidade-uma-abordagem-epistemolc3b3gica-inovadora-sankofa-4.pdf>
- Nogueira, R. (2014). *O Ensino de Filosofia e a Lei 10.639*. CEAP.

- Nogueira, R. (2019). O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. *Rev Momento - Diálogos em Educação*, 28(1), 127-142.
<https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8948/5807>.
- Nogueira, R. (2020). *Pensar a política de morte* [Vídeo].
<https://www.youtube.com/watch?v=opFxmN1vnqA>.
- Nogueira, R., & Alves, L. P. (2019). Infâncias Diante do Racismo: teses para um bom combate. *Rev Educação e Realidade*, 44(2), e.88632.
<https://www.scielo.br/j/edreal/a/s6MZxwSx8PGL9hppMfP6FPF/#>.
- Nogueira, R., & Alves, L. P. (2020). Exu, a infância e o tempo: zonas de emergência de infância (ZEI). *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, 17(48), 533-554.
<https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/7149/47966774>.
- Oliveira, A. (1976). O mundo é um moinho. In *Cartola II*. Discos Marcus Pereira.
- Oliveira, E. D. de. (2005). *Filosofia da ancestralidade: Corpo e Mito na Filosofia da Educação Brasileira* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório UFC.
https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/36895/1/2005_tese_edoliveira.pdf.
- Oyèwùmí, O. (2000). Laços Familiares/Ligações Conceituais: notas africanas sobre epistemologias feministas. *Signs*, 25(4), 1093-1098. https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oyèronké_oyèwùmí_-_laços_familiares-ligações_conceituais._notas_africanas_sobre_epistemologias_feministas.pdf.
- Oyèwùmí, O. (2002). Visualizando o corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos. In P. H. Coetzee, A. P. J., & Roux, (Eds.). *The African Philosophy Reader*, 391-415.
https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%E1%BA%B9%CC%81_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_visualizando_o_corpo.pdf.
- Oyèwùmí, O. (2020). *A Invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero* (Trad. W. F. do Nascimento). Bazar do Tempo.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In Lander, E. (Org.). *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 107-130). Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf.
- Ribeiro, L. (2019). Je ne parle pas bien. In M. Duarte (Org.). *Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta* (pp. 130-132). Planeta.

- Ribeiro, K. (2022). O futuro é ancestral. *Le Monde Diplomatique Brasil*.
<https://diplomatique.org.br/o-futuro-e-ancestral/>.
- Sant'Anna Júnior, A. de. (2021). *Exercícios de atrevivência* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume.
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/237435/001139662.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Santiago, A. G. (2021). *Marionetes*. [Produção independente].
<https://soundcloud.com/alexandre-clube-livre/marionetes>.
- Santos, A. B. (2015). *Colonização, Quilombos: modos e significações*. INCTI/UnB.
http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf.
- Soares, E. (2002). A carne. In *DO cóccix até o pescoço*. Tratore.
- Somé, S. (2007). *O Espírito da Intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*. Odysseus.
- Strieder, I. (2000). A igreja e a escravidão no Brasil. *Ci. & Tróp.*, 28(2), 219-230.
<https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/741/480>.
- Zé, T. (1976). Tô. In *Estudando o samba*. Mr. Bongo.